

POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL EM PORTUGAL

A Área Metropolitana do Porto¹

Alfredo Bruto da Costa; Ana Cardoso; Isabel Baptista; Sofia Rasgado²

Centro de Estudos para a Intervenção Social (CESIS)

INTRODUÇÃO

Este segundo relatório sobre a “Pobreza e Exclusão Social em Portugal” constitui parte integrante do estudo solicitado ao CESIS pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional, no sentido de facultar, dentro das limitações dos prazos e da informação disponível uma visão actualizada da pobreza e da exclusão social em meios urbanos.

Ao incidir sobre a situação na **Área Metropolitana do Porto** (AMP), o presente relatório abrange um território com características bastante distintas do que foi objecto do primeiro relatório, facto que exige algumas considerações prévias.

Analisar a pobreza e a exclusão social na Área Metropolitana do Porto implica a adopção de procedimentos de **natureza metodológica distintos** daqueles que seriam utilizados

¹ Este trabalho foi realizado em 1998, no âmbito da preparação do Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social 2000-2006.

² A Equipa que realizou este trabalho agradece a disponibilidade manifestada por diversas instituições no acesso rápido aos dados solicitados, muito embora nem todos tenham sido utilizados por razões de coerência interna do relatório. Entre essas entidades salientamos: Câmara Municipal do Porto – Direcção Municipal da Habitação e Desenvolvimento Social e Direcção da Acção Social; Centro de Documentação e Informação da Comissão Coordenadora da Região Norte; Centro Social Paroquial de N.ª S.ª da Vitória; Comissariado Regional do Norte de Luta contra a Pobreza; Departamento de Estatística - Ministério do Trabalho e da Solidariedade; Fundação para o Desenvolvimento da Zona Histórica do Porto; Instituto Nacional de Estatística; Rede Europeia Anti-Pobreza; Santa Casa da Misericórdia do Porto; Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicodependência – Direcção Regional do Norte.

para uma análise de situação ao nível da Região. Por um lado, é inegável que as manifestações urbanas dos fenómenos de pobreza e exclusão social mais facilmente se diluiriam na análise de uma unidade territorial tão vasta e heterogénea como a Região Norte; por outro lado, porém, o facto de o primeiro estudo ter incidido sobre as áreas territoriais da Região de Lisboa e Vale do Tejo e da Área Metropolitana de Lisboa – inviabiliza a análise comparativa entre as áreas de que se ocupam os dois relatórios, ao mesmo tempo que exige procedimentos metodológicos diferenciados.

Com efeito, o estudo da pobreza e da exclusão social na Área Metropolitana de Lisboa foi feita com recurso exclusivo à **análise secundária**, opção metodológica mais adequada à prossecução dos objectivos do presente estudo, tendo em conta as respectivas condicionantes espaciais e temporais.

A informação disponível consiste – à semelhança do que havia sucedido no relatório anterior –, quer em dados estatísticos (Inquérito ao Emprego, dados do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça e outros), quer em estudos e levantamentos de natureza académica ou da responsabilidade da administração local ou da sua tutela.

É de lamentar particularmente que não tenha sido possível utilizar o Inquérito aos Orçamentos Familiares de 1994/95, dado que a informação aí contida não é estatisticamente representativa abaixo do nível das NUTS II, neste caso a Região Norte.

Convirá, igualmente, realçar que toda a matéria contida no primeiro relatório relativa às questões de **contextualização teórica e de caracterização geral** da pobreza e da exclusão social ao nível nacional³ mantém a sua pertinência para o presente relatório. Sendo este parte integrante do estudo global, não são aqueles capítulos aqui novamente reproduzidos.

Na mesma lógica de complementaridade – desejável e necessária – entre os dois relatórios que constituem este estudo, poderá ser apresentado, em fase posterior, um **relatório único**. Caberá, porém, à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional decidir sobre se ao estudo agora realizado se deve acrescentar a análise da situação na Região Norte.

O **enquadramento da especificidade urbana da Área Metropolitana do Porto no contexto mais vasto da Região Norte** resultaria em vantagens evidentes ao nível da análise comparativa das duas regiões – Lisboa e Vale do Tejo e Norte – decorrentes do recurso à mesma informação estatística de base (IOF 94/95) utilizado no primeiro relatório.

³ Capítulos I e II do relatório relativo à Região de Lisboa e Vale do Tejo.

Seria, então, possível obter informação análoga para as duas regiões a qual integraria posteriormente um relatório único.

I. A ÁREA METROPOLITANA DO PORTO NO CONTEXTO REGIONAL E NACIONAL

1. DINÂMICAS DEMOGRÁFICAS E DESCENTRALIZAÇÃO

Ao forte dinamismo demográfico das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto que se verificou nas décadas de 60 e 70, seguiu-se um período de relativo abrandamento, a partir da década de 80, o qual se traduziu em ritmos de crescimento menos elevados e a “uma reorganização da população no interior destas unidades espaciais observando-se uma tendência de declínio demográfico das duas cidades centrais e o desenvolvimento do processo de suburbanização nos territórios envolventes” (Martins, 1996).

Apesar desta desaceleração do movimento populacional das duas principais áreas urbanas do país a AML e a AMP concentravam, em 1995, cerca de 1/3 da população residente no Continente.

A nível regional, é possível verificar um reforço do peso populacional da Área Metropolitana do Porto no contexto da Região Norte, o que se deve sobretudo ao crescimento dos concelhos envolventes do Porto, já que neste concelho se tem vindo a assistir a um decréscimo da população (menos 7.6 p.p. entre 1981-91), à semelhança, aliás, do que se havia verificado relativamente nos processos de constituição e consolidação da Área Metropolitana de Lisboa.

Quadro 1

População Residente no Continente, Região Norte e Área Metropolitana do Porto 1970-1995

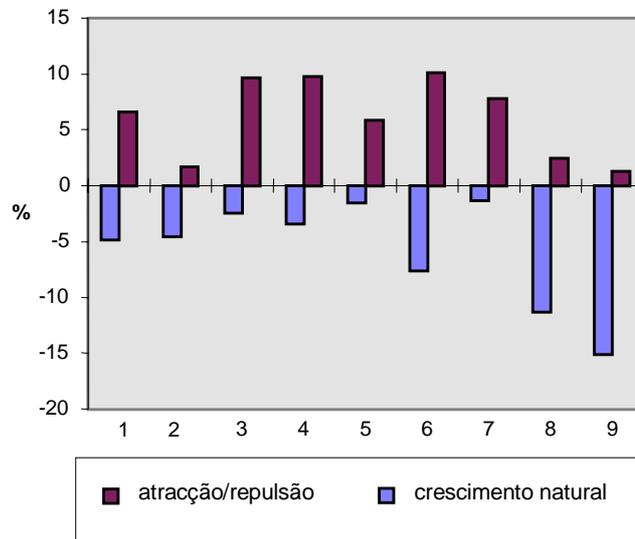
Anos	População Residente Continente	Região Norte	Área Metropolitana do Porto	%		Períodos	AMP Variação Populacional
	(1)	(2)	(3)	4=2/1	5=3/2		
1970	8.123.310	3.055.175	928.335	38	30		
1981	9.336.760	3.410.099	1.117.920	37	33	1970 - 1981	20,4
1991	9.371.319	3.472.715	1.167.800	37	34	1981 - 1991	4,4
1995	9.421.980	3.530.800	1.187.810	37	34	1991 - 1995	1,7

Fonte: Recenseamento Geral da População 1960, 1970, 1981, 1991; Anuário Estatístico 1996.

Esta concentração da população nos grandes territórios urbanos reflecte o aumento dos desequilíbrios na distribuição espacial da população do continente nas últimas décadas, ao mesmo tempo que, a nível regional, se continua a verificar um movimento de litoralização da população. Na Região Norte, todos os concelhos em que se registou um crescimento demográfico entre 1981 e 1991 localizam-se junto ao litoral, com particular destaque para aqueles que se situam na periferia do concelho do Porto.

Para estas dinâmicas demográficas tem sobretudo contribuído o “dinamismo natural da população autóctone, sendo o contributo dos fluxos migratórios líquidos relativamente menor” (Cardoso, 1990). Entre 1981 e 1991 a Área Metropolitana do Porto registou um crescimento migratório negativo de -1,4%, contra um crescimento natural de 5,6%.

Gráfico 1
**Taxas de Crescimento Natural e de Atracção/Repulsão
na Década de 80**



1 - Região Norte 4 - Ave 7 - Entre Douro e Vouga
2 - Minho-Lima 5 - Grande Porto 8 - Douro
3 - Cávado 6 - Tâmega 9 - Alto Trás-os-Montes

Fonte: CCRN/DRPD, Internet

Contudo, estas dinâmicas demográficas, no interior da Área Metropolitana do Porto, embora de natureza fundamentalmente endógena, caracterizam-se por fortes heterogeneidades entre os diferentes concelhos que integram esta área territorial,

nomeadamente no que se refere à sua capacidade de atracção/repulsão e ao envelhecimento da população residente.

Quadro 2
Evolução da População residente na AMP entre 1981-1991

Concelhos	População residente 1991	Variação da população residente entre 1981/91	
	V.A.	V.A.	%
Espinho	34.956	2.547	7,9
Gondomar	143.178	12.427	9,5
Maia	93.151	11.472	14,0
Matosinhos	151.682	15.184	11,1
Porto	302.472	-24.896	-7,6
Póvoa de Varzim	54.788	540	1,0
Valongo	74.172	9.938	15,5
Vila do Conde	64.836	434	0,7
Vila Nova de Gaia	248.565	22.234	9,8
AMP	1.167.800	49.880	4,5

Fonte: Recenseamento Geral da População 1981, 1991.

É de realçar, desde logo, o contraste evidente entre o concelho do Porto e os restantes concelhos da Área Metropolitana do Porto, no que se refere aos efeitos de repulsão populacional exercidos por aquele (em 1981 o concelho do Porto concentrava 30% da população da Área Metropolitana do Porto, valor que passou para 26% em 1991) e à capacidade de atracção populacional de alguns dos concelhos periféricos, nomeadamente os de Valongo, Maia e Matosinhos. Finalmente, note-se o caso dos concelhos de localização mais periférica relativamente ao núcleo central – Póvoa do Varzim e Vila do Conde – onde se registaram níveis de crescimento claramente mais tímidos.

A estes movimentos de sinal contrário correspondem diferentes situações no que se refere à própria estrutura demográfica da população residente na Área Metropolitana do Porto.

Em 1991, a Área Metropolitana do Porto apresentava uma proporção de população idosa (indivíduos com 65 ou mais anos) claramente inferior à média nacional (10,5% e 13,6%, respectivamente). No interior da Área Metropolitana, o fenómeno do envelhecimento demográfico é mais acentuado no concelho do Porto (com uma proporção de idosos de 14,8% e um índice de envelhecimento de 87,3%) face aos restantes concelhos onde a

proporção de idosos se situa em redor dos 10% ou menos, e mais significativamente face a concelhos como Valongo (com uma proporção de idosos de 7,1% e um índice de envelhecimento de 32,2%).

Envelhecimento e repulsão populacional são as duas características principais do comportamento demográfico do concelho do Porto, ao mesmo tempo que se acentua o carácter atractivo de alguns dos concelhos limítrofes, onde assume particular destaque a chegada de população proveniente de outros concelhos do espaço nacional, em contraste com o peso das migrações com origem nos PALOP's no caso da região de Lisboa e Vale do Tejo⁴.

Quadro 3
Movimentos Migratórios Concelhos
1985-1991

Área Geográfica	População residente (1991)	Imigrantes internos	Emigrantes internos	Saldo migratório Interno	Taxa de Saldo Migratório Interno (%)
Região Norte	3 472 715	22 023	28 109	-6 086	-0,18
AMP	1 167 800	16 118	11 510	4 608	0,39
Espinho	34 956	948	1 191	-243	-0,70
Gondomar	143 178	8 688	5 366	3 322	2,32
Maia	93 151	8 453	4 585	3 868	4,15
Matosinhos	151 682	12 563	5 754	6 809	4,49
Porto	302 472	11 918	29 191	-17 273	-5,71
Póvoa de Varzim	54 788	1 746	1 419	327	0,60
Valongo	74 172	6 162	3 604	2 558	3,45
Vila do Conde	64 836	2 099	2 065	34	0,05
Vila Nova de Gaia	248 565	10 997	5 791	5 206	2,09

Notas:

1. A imigração/emigração interna refere-se aos movimentos de alteração de residência entre 1985 e 1991 efectuados dentro da Região Norte.
2. Taxa de Saldo Migratório é calculada da seguinte forma: Saldo Migratório Interno/População residente.

Fonte: Saleiro, Emília e Torres, Sónia (1996) "Alguns números para a avaliação do emprego e desemprego na Área Metropolitana do Porto", In: **Estatísticas e Estudos Regionais**, n.º 10, Jan./Abr., INE, Direcção Regional do Norte.

⁴ Ver Relatório sobre a Região de Lisboa e Vale do Tejo, Quadro 6, p. 19.

Confirma-se assim a capacidade particularmente atractiva de alguns dos concelhos da Área Metropolitana do Porto (Matosinhos, Gaia e Valongo) face à evidente repulsividade do concelho do Porto, pese embora tratar-se de um concelho com elevada dinâmica migratória (entraram cerca de 12.000 pessoas entre 1991 e 1995).

A endogeneidade dos processos de crescimento demográfico da Área Metropolitana do Porto nas últimas décadas resulta, pois, deste duplo movimento: um crescimento natural superior à média nacional e um movimento de repulsão da população das zonas centrais da Área Metropolitana do Porto para a sua periferia, criando assim um movimento de **descentralização** populacional.

Para esta descentralização têm contribuído diferentes factores, nomeadamente: os processos de suburbanização dos concelhos envolventes do Porto; as estratégias de alteração intensiva do uso do solo e de terciarização do espaço nas freguesias mais centrais do concelho do Porto; e a relativa autonomia dos concelhos mais periféricos fortemente conotados com o contexto rural e onde as estratégias da pluriactividade familiar se conjugam já com boas acessibilidades ao mercado central de trabalho.

O desenvolvimento metropolitano da Área Metropolitana do Porto passa, pois, por uma pluralidade de processos e dinâmicas diferenciadas que, conquistando os espaços adjacentes às “áreas efectivas ou potencialmente centrais”, se tem configurado naquilo que já foi designado por “cidade-aglomeração”⁵.

Alguns elementos de caracterização da região metropolitana do Porto, nesta perspectiva de cidade-aglomeração e de espaços de urbanização difusa, permitem identificar algumas das potencialidades e fragilidades deste território, nomeadamente no que se refere às:

- “situações de marginalidade e exclusão social no centro do Porto e nas imediações de alguns bairros sociais; aceleração do processo de “suburbanização”, constituindo em redor da cidade do Porto áreas quase exclusivamente residenciais, sem condições e sem características para a vivência urbana; aceleração da “terciarização” do centro do Porto; custo do solo bastante elevado; fragilidades decorrentes da monoespecialização sectorial, por subespaços, em actividades relativamente tradicionais; grande dinâmica demográfica, população bastante jovem e com significativo “know-how” industrial; indicadores bastante preocupantes de

⁵ Ver a este respeito Figueiredo, António Manuel (coord.) (1993), **Estudo sócio-económico da Área Metropolitana do Porto**, volume 1, Porto, Planum, Assessorias e Projetos, Lda, Centro de Estudos Aplicados da Universidade Católica Portuguesa, INESC, Quatenaire Portugal.

abandono escolar, no ensino em geral e de sobreocupação habitacional (...)” (CCRN, 1998).

À semelhança de qualquer processo espacial, também aqui é possível identificar factores de selectividade e de segregação, quer ao nível da estrutura do emprego e da localização das actividades económicas, quer do desenvolvimento e consolidação da própria produção habitacional na Área Metropolitana do Porto.

2. INDUSTRIALIZAÇÃO, TERCIARIZAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO SOCIO-ESPACIAL NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO

As dinâmicas de crescimento e de descentralização populacional a que se tem vindo a assistir na Área Metropolitana do Porto estão intimamente relacionadas com a evolução da estrutura espacial do emprego, sobretudo ao nível da indústria transformadora.

Com efeito, até meados dos anos 50, dominou um modelo de centralização industrial no concelho do Porto, apenas contrariado pelos pólos de Matosinhos e de Vila Nova de Gaia que, muito cedo, se constituíram como importantes focos de localização industrial, embora muito dependentes de um número limitado de sectores.

A crescente pressão que se exerce sobre o concelho do Porto, envolvido em processos de alteração intensiva do uso do solo, levam a um progressivo dismantelamento da indústria local e a uma deslocação para a periferia da população residente nas freguesias mais centrais do concelho. O desaparecimento relativo das “ilhas”, espaço de habitação privilegiado da população operária, com uma excelente localização urbana é um exemplo paradigmático desta operação de “limpeza” urbana.

No início da década de 70, é já possível identificar um movimento de crescimento da indústria nos concelhos periféricos do Porto, inclusivamente nos concelhos de implantação industrial mais antiga, como é o caso de Matosinhos e de Vila Nova de Gaia.

Posteriormente, assiste-se a um segundo movimento, que se “distingue do anterior, por Gaia e Matosinhos já terem um crescimento inferior à média, o que significa que, no processo de descentralização se <passaram> para o lado das áreas em declínio relativo, e por o processo de alastramento do investimento industrial de Matosinhos para a Maia, muito evidente no período anterior, começar a expandir também para Vila do Conde e Póvoa do Varzim” (Cardoso, 1990).

A esta descentralização industrial tem correspondido uma crescente descentralização habitacional – a que já se fez referência anteriormente – e que resulta num elevado grau de autonomia que a Área Metropolitana do Porto assume em termos da relação entre a população residente empregada e os respectivos locais de trabalho. Cerca de 96% dos movimentos pendulares casa-trabalho estão circunscritos ao espaço da Área Metropolitana do Porto.

Esta reestruturação espacial do território metropolitano deu lugar a processos de segregação socio-espacial onde é possível identificar áreas de especialização em diferentes tipos de habitação e de grupos socio-profissionais: os concelhos mais periféricos de Vila do Conde e Póvoa do Varzim, onde se mantém uma presença significativa de actividades agrícolas e respectivos trabalhadores; o concelho do Porto, especializado em habitação para profissões ligadas ao terciário; finalmente, os restantes concelhos da Área Metropolitana do Porto especializados na produção de habitação para os trabalhadores da indústria transformadora. De referir ainda a existência, no interior do concelho do Porto, de um espaço – localizado entre o centro e a periferia do território concelhio – para onde se dirigiu preferencialmente o investimento público, sob forma de equipamentos ou de habitação social.

Da análise da estrutura da população residente empregada, segundo o sector de actividade económica, no interior da Área Metropolitana do Porto, em 1991, é ainda possível constatar algumas destas diferenças intra-metropolitanas. Póvoa do Varzim e Vila do Conde concentravam quase 60% da população empregada no sector primário; na Maia, cerca de 56% da população estava empregada no sector secundário; e cerca de 1/3 da população empregada no terciário na Área Metropolitana do Porto residia no concelho do Porto.

Como para o Continente, também na Área Metropolitana do Porto o sector de actividade com maior percentagem de população activa com profissão é o dos Serviços (53,3%).

Quadro 4
**População Residente Empregada, segundo o sector de actividade económica,
 por Concelho - AMP
 1991**

	Total	Primário	%	Secundário	%	Terciário	%
AMP	537620	13066	100,0	237777	100,0	286777	100,0
	100,0		2,4		44,2		53,3
Espinho	15897	178	1,4	7766	3,3	7953	2,8
	100,0		1,1		48,9		50,0
Gondomar	65579	858	6,6	29085	12,2	35636	12,4
	100,0		1,3		44,4		54,3
Maia	45153	754	5,8	25135	10,6	19264	6,7
	100,0		1,7		55,7		42,6
Matosinhos	70763	1398	10,7	31962	13,4	37403	13,0
	100,0		2,0		45,2		52,8
Porto	133666	404	3,1	39097	16,4	94165	32,8
	100,0		0,3		29,2		70,5
Povoa de Varzim	24993	3872	29,6	11789	5,0	9332	3,3
	100,0		15,5		47,2		37,3
Valongo	34599	357	2,7	17546	7,4	16696	5,8
	100,0		1,0		50,7		48,3
Vila de Conde	31021	3634	27,8	18668	7,9	8719	3,0
	100,0		11,7		60,2		28,1
Vila Nova de Gaia	115949	1611	12,3	56729	23,9	57609	20,1
	100		1,4		48,9		49,7

Fonte: Recenseamento Geral da População 1991.

A estrutura profissional da população empregada residente na Área Metropolitana do Porto, vem confirmar a distribuição sectorial das actividades económicas, ou seja, o grupo profissional mais representativo é o dos trabalhadores administrativos, e apenas 9% dos trabalhadores pertence à classe dos trabalhadores da agricultura e pesca. No conjunto dos vários concelhos da Área Metropolitana do Porto, é o do Porto o que apresenta a maior percentagem de indivíduos empregados a exercerem profissões intelectuais e científicas (13%). No entanto, trata-se ainda de uma minoria na estrutura profissional.

A distribuição por sector de actividade económica, segundo o género, dá-nos conta das discrepâncias existentes entre o número de trabalhadores masculinos e femininos. A

população activa feminina com profissão concentra-se no sector terciário (47%), enquanto que o sector secundário emprega 38%, contra 62% no caso dos homens⁶.

Ao nível regional e de acordo com os Censos de 1991, residiam na Área Metropolitana do Porto mais de 1/3 dos empregados da Região Norte. Quanto à localização dos postos de trabalho existentes, 41% do emprego disponível na Área Metropolitana do Porto situa-se no Concelho do Porto, contrapondo com os 25% de população residente empregada. O mesmo já não se passa com Vila Nova de Gaia que, apesar de ser o segundo concelho com maior percentagem de população residente empregada (21,6%), apresenta uma percentagem comparativamente diminuta de emprego (16,8%).

Quadro 5
População Residente Empregada, por concelho

Concelhos da Área Metropolitana do Porto	População Residente Empregada (em % da AMP)	Emprego (em % da AMP)
Espinho	3,0	2,4
Gondomar	12,2	7,0
Maia	8,4	8,2
Matosinhos	13,2	11,8
Porto	24,8	40,5
Póvoa do Varzim	4,6	4,4
Valongo	6,4	4,0
Vila do Conde	5,7	4,8
Vila Nova de Gaia	21,6	16,8

Fonte: Quadro adaptado de: Saleiro, Emília; Torres, Sónia, Alguns números para a avaliação de emprego e desemprego na Área Metropolitana do Porto, In: Estatísticas e Estudos Regionais, n.º 10 – Jan./Abr., INE, Direcção Regional do Norte, 1996

Se se atender à estrutura industrial da Área Metropolitana do Porto é possível verificar que à dinâmica de descentralização – já referida – não correspondeu uma dinâmica de diversificação sectorial.

A concentração do emprego num número reduzido de sectores (têxteis, construção civil, indústrias alimentares e produtos metálicos) e a especialização produtiva mesmo ao nível

⁶ De acordo com os dados do Recenseamento Geral da População de 1991.

intra-metropolitano são as principais características (e debilidades) da estrutura empresarial na Área Metropolitana do Porto.

Análises mais recentes da estrutura intra-regional do emprego industrial, nomeadamente no que se refere ao período pós adesão à Comunidade Europeia, salientam mesmo o facto de “o Grande Porto apresentar uma variação líquida negativa (de emprego), simultaneamente através de componentes estrutural e regional negativas – especialização desvantajosa – e não competitividade regional, evidenciando sinais de declínio do emprego industrial e externalidades negativas (...) Esta evolução encontra-se associada ao crescimento do sector terciário, assim como à deslocalização de alguma actividade industrial” (CCRN, 1998).

O crescimento do sector terciário na Área Metropolitana do Porto caracterizou-se igualmente por uma fase de forte concentração nalgumas freguesias do concelho do Porto, movimento que se estendeu até aos anos 80 e cujas manifestações são ainda visíveis. Trata-se sobretudo de um sector terciário assente basicamente em actividades de comércio, restauração e turismo e que contrasta com o pouco peso de um terciário mais qualificado e de maior valor acrescentado.

Também ao nível do sector terciário é possível identificar formas diferenciadas de apropriação do solo urbano, com conotações de selectividade socio-económica evidente. Se no núcleo central se mantém um predomínio de actividades terciárias de natureza mais tradicional e fortemente dependentes do consumo local e de oscilações do nível da actividade, verificou-se o aparecimento de um novo centro – especializado nos sectores “nobres” do terciário (serviços financeiros e serviços de apoio às empresas, nomeadamente, marketing, publicidade, informática, etc.) localizado na zona oriental da cidade do Porto.

Para além deste movimento de descentralização do terciário, com implicações ao nível da própria divisão territorial do emprego, tem vindo a assistir-se a uma descentralização não só para zonas mais periféricas do centro urbano alargado (através da implantação de grandes espaços comerciais), como também para a generalidade dos municípios da Área Metropolitana do Porto (mais acentuado nuns casos do que noutros) através de um movimento de crescimento do terciário de índole local (serviços administrativos, comércio e equipamentos colectivos, entre outros) e que traduz, além do mais, o continuado reforço do protagonismo municipal.

Se, por um lado, o processo de formação e consolidação da Área Metropolitana do Porto denota algumas similitudes relativamente às modificações territoriais ocorridas na Área Metropolitana de Lisboa (envelhecimento populacional no núcleo central, crescimento das periferias, suburbanização, segregação socio-espacial, entre outros), a endogeneidade

que marca as dinâmicas de crescimento na Área Metropolitana do Porto bem como as próprias características do processo de industrialização constituem, por outro lado, factores de diferenciação evidente entre os dois principais territórios urbanos do continente.

II. A POBREZA NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO

1. CONTRIBUTO PARA A ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA POBREZA NA CIDADE DO PORTO

A situação da pobreza na cidade do Porto, nos últimos anos, tem-se agravado e adquirido novos contornos, constituindo-se numa realidade complexa e multidimensional. É este o sentir generalizado dos entrevistados que contribuíram com o seu parecer para o estudo "Pobreza no Porto: Práticas e Representações" (1995). Com o objectivo de ilustrar, do ponto de vista institucional, a evolução da pobreza na Cidade do Porto, o referido estudo procurou através da realização de entrevistas, ter a opinião, sobre este assunto, de técnicos experientes, responsáveis por instituições dedicadas em prestar ajuda à população mais carenciada.

Tratando-se de uma **realidade multidimensional**, conjuga a não satisfação das chamadas necessidades básicas – alimentação, vestuário e habitação – com as condições materiais insuficientes – nível de rendimento, ausência de salário... – aliado a factores de natureza subjectiva e, por último "a impossibilidade do indivíduo exercer os seus direitos e a negação da sua condição básica de cidadão"(Baptista, 1995).

Uma das questões mais sublinhadas pelos entrevistados prende-se com as **más condições de habitabilidade** interior do alojamento – salubridade, dimensão vs. composição do agregado familiar, rendas – e a sua localização na malha urbana – ilhas, bairros sociais, bairros degradados, bairros de realojamento – que, por sua vez, têm vindo a conferir à situação de pobreza uma maior visibilidade.

Para além desta realidade inerente à pobreza, os entrevistados não têm dúvida em afirmar que o número de pessoas a viverem nestas condições tem vindo a aumentar, principalmente nos últimos 10 anos⁷. Trata-se de pessoas que ou sempre foram pobres, nunca tendo conhecido outro tipo de ambiente persistem na reprodução do ciclo da pobreza ou, então, viram a sua condição de vida degradar-se em direcção aos limiares da pobreza, sobretudo devido ao problema do **desemprego**. De facto, ao longo deste período, houve, por um lado, um agravamento da situação daqueles que sempre foram

⁷ Ter em consideração que o estudo referido foi realizado em 1994.

pobres bem ilustrada na afirmação "os pobres estão cada vez mais pobres"; por outro lado, novos grupos foram atingidos pela pobreza.

Entre os grupos mais vulneráveis à pobreza na cidade do Porto, o estudo destaca os seguintes:

- os idosos, entre os quais se destaca a situação dos reformados pelo valor extremamente baixo das reformas que recebem e pela sua não integração familiar ou outra que os ajude a ultrapassar as carências económicas e a condição de isolamento em que vivem;
- as famílias monoparentais, representadas por uma mulher;
- os mendigos e os sem-abrigo;
- os toxicodependentes e os alcoólicos.

Segundo os actores institucionais entrevistados é possível estabelecer uma relação entre estes grupos e as situações de pobreza identificadas anteriormente. Enquanto que aos grupos de mulheres, mendigos, toxicodependentes e alcoólicos e pessoas sem qualificação, se tende a associar situações de reprodução do ciclo de pobreza, aos outros – **crianças, jovens, desempregados, trabalhadores com emprego precário ou os sem-abrigo** – atribuem-lhes uma situação de quem "já esteve melhor".

Para além dos factores de natureza estrutural ou conjuntural, tais como problemas de emprego e baixos salários, outro factor que parece ter um peso preponderante no agravamento das situações de pobreza são os contextos de desestruturação familiar onde prevalecem ainda problemas de saúde e/ou alcoolismo e toxicoddependência.

Os aspectos aqui focados, que se constituíram como elementos estruturantes das representações dos actores institucionais locais da cidade do Porto sobre o fenómeno da pobreza, encontram expressão mais objectiva nalguns elementos de natureza estatística que, em seguida se apresentam. Em dimensões como a habitação, a educação, o desemprego e a criminalidade podem encontrar-se indicadores concretos das situações de privação e precariedade visíveis na Área Metropolitana do Porto.

2. HABITAÇÃO E EXCLUSÃO SOCIAL

Com o primeiro surto de industrialização na segunda metade do século XIX, começam a surgir os primeiros problemas habitacionais encarados, então, numa perspectiva sanitária, tendo em conta a ausência de condições de higiene e de salubridade da habitação operária, o que punha em perigo a saúde pública e a própria rentabilidade da mão-de-obra.

Como resposta a estes problemas surgem as primeiras habitações operárias em Lisboa e no Porto, que assumem nestas duas cidades, formas distintas. Em Lisboa, são as “vilas”, e no Porto as “ilhas” que “consistiam em filas de pequenas casas, a maior parte delas construídas nos quintais das traseiras de habitações das classes médias e com acesso para a rua através de estreitos corredores”. Mais tarde, esta forma de habitação torna-se independente das habitações das classes médias e “nalguns casos, estas tipologias foram sistematicamente empregues em zonas mais ou menos extensas da cidade, quer em situações de interior de quarteirão quer à face da rua” (Teixeira, 1985).

É, porém, a partir do início dos anos 60 que os problemas de habitação se desenvolvem de uma forma acentuada, muito particularmente na Áreas Metropolitanas de Lisboa (AML) e do Porto (AMP)⁸.

Surge, então, um mercado ilegal de produção de alojamento que vai respondendo às necessidades de uma população com menor capacidade económica. Ao longo das décadas, foram diferentes as formas de produção ilegal de habitação (barracas, casas de alvenaria abarracada...) cujo desenvolvimento adquiriu uma expressão particularmente significativa em anos mais recentes. Esta precarização das condições de vida, nomeadamente no que se refere à habitação, tem maior incidência nas zonas suburbanas e em muitos bairros das cidades da Área Metropolitana do Porto.

De acordo com o Recenseamento Geral da População, **em 1991 existiam na Área Metropolitana do Porto 1089 barracas**; apesar deste número representar uma descida relativamente ao que constava do Recenseamento de 1981 – 1146 – ele significa um aumento do peso relativo do conjunto das **barracas existentes no Continente**. No entanto, embora tenha diminuído o número de barracas, verificando-se para este período uma variação de -31,3%, aumentou o número de pessoas a viverem nestas condições, ou seja, no espaço de 10 anos passou-se de 3,4 pessoas para 4,3 pessoas por barraca.

⁸ No âmbito deste trabalho regista-se uma dificuldade que se prende com a definição das unidades geográficas de análise, já que os dados recolhidos alguns dizem respeito às Áreas Metropolitanas, outros referem-se às Regiões, outros ainda aos distritos, dificultando-se, assim, as comparações. Por outro lado, ao falar-se de Áreas Metropolitanas podem estar presentes diferentes definições, algumas delas nem sempre explícitas pelos autores/bases de recolha de informação.

Quadro 6

**Barracas, famílias e pessoas residentes em barracas na Área Metropolitana do Porto e Continente
1981 e 1991**

	Continente		Área Metropolitana do Porto		"Peso" da AMP no Continente	
	1981	1991	1981	1991	1981	1991
Alojamentos	24 016	15 607	1146	1089	4,8	5,4
Pessoas	72 861	56 288	3965	4647	7,0	8,3

Fonte: INE, Recenseamento da População, 1981 e 1991.

A dispersão deste tipo de alojamento não clássico pelos vários concelhos da Área Metropolitana do Porto não é homogénea, e não tem sofrido a mesma evolução. Embora a maioria dos concelhos apresente peso relativo inferior em 1991, destacam-se os concelhos de Matosinhos e Porto, com percentagens superiores, 29,0% e 52,1% respectivamente. O Concelho do Porto é aquele onde a situação é de maior carência, uma vez que o número de barracas duplicou.

Quadro 7

**Número de Barracas por concelho da Área Metropolitana do Porto
1981-1991**

	AMP - 1981		AMP - 1991	
	Barracas	%	Barracas	%
Espinho	25	2,2	13	1,2
Gondomar	65	5,7	37	3,4
Maia	223	19,5	25	2,3
Matosinhos	303	26,4	316	29,0
Porto	277	24,2	567	52,1
Povoa de Varzim	41	3,6	25	2,3
Valongo	48	4,2	16	1,5
Vila do Conde	35	3,1	21	1,9
Vila Nova de Gaia	129	11,3	69	6,3
Área Metropolitana do Porto	1146	100,0	1089	100,0

Fonte: Recenseamento Geral da População 1981, 1991.

Contudo, verifica-se que estes dados, reveladores da más condições de habitabilidade de uma parte significativa da população, se encontram subavaliados quando confrontados com os adiados pelo PER (Programa Especial de Realojamento – 1993), no quadro do

qual foram recenseadas 39 776 pessoas, o que corresponderá à construção de 14 961 fogos, nos concelhos da Área Metropolitana do Porto⁹. O peso desta construção na Área Metropolitana do Porto representará 30,8% da habitação social a construir no âmbito do PER.

É de salientar a diferença entre o número de barracas existentes em Lisboa e Porto. Enquanto que o distrito de Lisboa, em 1991, concentrava 27,5% da população do Continente, a percentagem de barracas era de 69,8%; a Área Metropolitana do Porto¹⁰ com 20,7% da população tinha, “apenas”, 8,0% das barracas (de acordo com os resultados do Recenseamento da População).

Isto significa que Lisboa detém o expoente máximo de problemas habitacionais a nível nacional, o que estará relacionado com uma distinção ao nível dos processos de urbanização das duas regiões.

O Porto apresenta uma presença mais significativa de pequenas e médias empresas, com uma persistência da pluriactividade e da ligação à terra, “produzindo um tecido urbano progressivamente difuso, não muito denso (expansão através de moradias unifamiliares ou pequenos edifícios) onde a habitação reflecte com clareza a forte articulação fábrica – campo, enquanto modo de vida das populações trabalhadoras” (Mateus, 1993). Não esquecer, ainda, os factores de ordem geofísica e morfológica que associados à importância das actividades artesanais, industriais e comerciais ligadas ao rio e ao circuito do vinho do Porto, conferiram características especiais ao tecido urbano da cidade e ao tipo de especulação fundiária que aí se fez sentir.

Mais do que “bairros de lata” que se expandem pelo território, a especulação imobiliária na cidade do Porto deu origem ao “enchimento de amplos e fundos quarteirões”, através da construção das “ilhas”, e ao surgimento de zonas com intensos níveis de sobreocupação e de sublocação, como é o caso da chamada zona histórica, junto ao antigo porto fluvial. Aí a expressão “sub-aluga-suga”, dá bem conta dos níveis de partilha das habitações e da exploração a que estavam sujeitas as pessoas cuja única solução para o seu problema habitacional passava pelo subaluguer.

Registe-se, por exemplo, a construção de cerca de 7 700 fogos de habitação social na cidade do Porto, entre 1956 e 1971, no âmbito do Plano de Salubridade da “Ilhas” do Porto já que os “interesses da burguesia industrial que agora prevaleciam sob os

⁹ Dados apresentados no estudo do CET/ISCTE, 1997.

¹⁰ As definições de Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, correspondem às anteriormente referidas.

interesses da burguesia fundiária” (Teixeira, 1985) exigiam melhores condições para a reprodução da força de trabalho, enquanto que em Lisboa os empreendimentos previstos no Plano de Fomento (1965-67) não chegaram a ter início antes de 1974, tendo as expropriações “marcado passo” e fracassado as tentativas de reconversão produtiva da indústria da construção. “Ao invés, a especulação fundiária e imobiliária conheceu, nessa época, o seu período de ouro” (Ferreira, 1987).

Se a produção de “bairros de lata” se tornou a expressão mais visível de uma não satisfação das necessidades de habitação, é preciso não ignorar que a este tipo de problemas acrescem outros de natureza mais qualitativa expressos pelas casas sobreocupadas, pela persistência de indicadores de más condições de habitabilidade, tal como se pode verificar no quadro seguinte.

Quadro 8
**Indicadores das condições de habitabilidade na Área Metropolitana do Porto
1991**

	(%)
Alojamentos sem electricidade	0,6
Alojamentos sem retrete	8,6
Alojamentos sem água canalizada	9,9
Alojamentos sem instalações de banho ou duche	17,4

Fonte: Recenseamento Geral da População, 1991.

Tomando como referência a Região Norte, a situação de maior necessidade é representada pelos 34,5% de alojamentos familiares situados na AMP que não possuem instalações sanitárias (retrete/esgotos). Os alojamentos familiares sem instalação de banho ou duche e sem água canalizada significam, respectivamente, 22,0% e 20,7%. A percentagem mais baixa corresponde aos alojamentos sem electricidade -11,3%.

No recenseamento de 1981, 9,2% das famílias residentes no Grande Porto partilhavam a sua habitação com outra e 23% viviam em situação de sobreocupação (Cardoso, 1987). Por outro lado, segundo as estimativas para 1991, elaboradas pela Comissão de Coordenação da Região Norte sobre as famílias em situação de deficiente alojamento, no Grande Porto 51% das famílias residem em situação de ocupação partilhada, enquanto que 40% se encontra a residir numa situação de sobreocupação. Comparando com as outras sub-regiões da Região Norte é, sem dúvida, o Grande Porto que apresenta os valores mais elevados para qualquer uma das situações.

Quadro 9

Alojamentos familiares, segundo a época de construção dos edifícios

	AMP - 1991		
	Frequência absoluta	%	Frequência acumulada
Antes de 1919	41120	12,1	12,1
De 1919 a 1945	43892	13,0	25,1
De 1946 a 1960	54502	16,1	41,2
De 1961 a 1970	60457	17,8	59,0
De 1971 a 1980	63396	18,7	77,7
De 1981 a 1985	40211	11,9	89,6
De 1986 a 1991	35304	10,4	100,0
Total	338882	100,0	

Fonte: Recenseamento Geral da População, 1991 (não inclui barracas e outros).

Note-se, ainda, que os problemas urbanos ligados ao alojamento que se manifestam na Área Metropolitana do Porto e, uma vez mais, muito particularmente na própria capital, abrangem parte considerável do parque habitacional clássico. Trata-se de um património habitacional velho e degradado: em 1991, cerca de 1/4 do parque habitacional foi edificado antes dos anos 40.

Por um lado, os indicadores de carência qualitativa (1991), nomeadamente, a idade média dos alojamentos ocupados – 33,7 anos – vem, de alguma forma, confirmar esta situação. É de notar ainda que cerca de 88,6% dos edifícios do Centro Histórico do Porto (cfr. Freitas, 1998) são anteriores a 1945, registando-se casos de sobreocupação e de insalubridade.

Exemplos da degradação do património habitacional podem ser encontrados em bairros/freguesias do centro histórico do Porto (Sé, Miragaia...). Um estudo do Ministério da Habitação e Obras Públicas (1983) indicava que na região do Grande Porto, em 1981, mais de 45% dos alojamentos arrendados encontravam-se em deficiente ou em degradado estado de conservação (cfr. Cardoso, 1987). Segundo o *Livro Branco Sobre a Política de Habitação* (1993) 240 000 fogos (cerca de 8% do parque habitacional) necessitavam de reparação.

Outro tipo de processo que anda a par desta degradação, assume a forma da transformação funcional de espaços até então residenciais. Perante a perda do valor relativo das rendas praticadas, um modo de recuperar o capital investido na habitação

passou por criar situações expectantes (alojamentos vagos não disponíveis para arrendamento) que, por deficiente conservação, se tornam em edifícios degradados, muitas vezes em situação de quase ruína, favorecendo-se a passagem da função habitação para a função serviços. Esta situação, que é como que o resultado de uma forte interpenetração entre a pressão exercida pelas actividades terciárias nos centros das grandes cidades e a estagnação das rendas, conduziu a um decréscimo da habitação no centro das cidades e a um aumento dos preços para aquela que persiste, levando, por outro lado, ao crescimento das periferias dos grandes centros urbanos.

Esta dimensão periférica da vida urbana nas áreas metropolitanas transporta consigo novos problemas. É o aumento do tempo de deslocação casa-trabalho-casa e o conseqüente aumento do dia de trabalho, acompanhado de um acentuar das situações de *stress*; são as quebras nas relações de vizinhança produzindo-se mais solidões; são o aumento das distâncias entre os diferentes núcleos familiares contribuindo para uma menor capacidade de entre-ajuda; são as necessidades de equipamentos sociais não satisfeitas para os grupos etários mais excluídos neste contexto: as crianças e os idosos.

As carências e os problemas ligados ao alojamento, em geral, constituem-se simultaneamente como uma condicionante ao desenvolvimento económico e social das grandes cidades e como uma expressão dos movimentos de exclusão de certos estratos da população urbana na repartição dos frutos do crescimento (apesar de tudo) criado.

A exclusão das populações afectadas pelas carências de alojamento estão também patentes na segregação espacial a que estão sujeitas ao nível do seu espaço de residência, através de um processo de apropriação do espaço urbano que não é aleatório nem neutro mas que se efectua em função da exclusão de certos grupos sociais em relação a certos locais.

Assim, em todo o tipo de alojamento destinado às populações mais carenciadas (seja no mercado ilegal de habitação seja na habitação social) se tem vindo a verificar uma mesma segregação física comandada por uma mesma lógica de segregação espacial. É interessante referir o caso das “ilhas” no Porto onde a segregação se processava em termos de “interior-exterior”, já que as habitações operárias eram construídas longe dos olhares, no interior dos quarteirões das habitações para a classe média. Esta segregação tem vindo a ser substituída por uma segregação “centro-periferia”, seja através da ocupação, por “bairros de lata” de terrenos acidentados, de difícil acesso – encostas, declives, vales – em zonas insalubres perto de ribeiras ou lixeiras, em áreas cuja própria morfologia as fez resistir à urbanização; seja através da construção de bairros de habitação social como grandes aglomerados populacionais em locais perfeitamente “cortados” do resto da cidade, criando-se autênticas situações de “gueto”. Veja-se a este propósito, o exemplo do bairro de São João de Deus, na cidade do Porto.

2.1 As Populações Residentes em Bairros Degradados

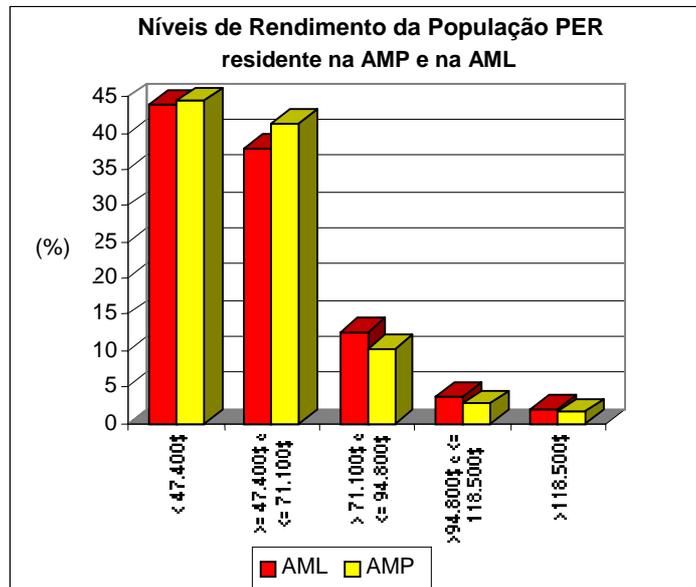
Utilizando os dados disponíveis, tentar-se-á aqui apontar as características mais importantes das populações residentes em bairros degradados da Área Metropolitana do Porto¹¹, área geográfica onde, no âmbito da Região Norte, se concentram a maior parte dos problemas urbanos anteriormente abordados:

- de acordo com os dados de “Caracterização socio-demográfica das famílias PER” (INH, 1997), a população abrangida tem na sua maioria nacionalidade portuguesa (99,5%), enquanto que na Área Metropolitana de Lisboa 20% da população abrangida tem diferentes nacionalidades estrangeiras, sendo, na sua quase totalidade, oriunda de países africanos de expressão portuguesa;
- não se encontram grandes diferenças quanto ao predomínio de homens ou mulheres. De facto, em relação ao total da população residente na Área Metropolitana do Porto abrangida pelo PER, a diferença é insignificante. Ao analisar a distribuição etária da população verifica-se que este esbatimento só se inverte no grupo mais envelhecido da população (65 e mais anos), onde o peso das mulheres é predominante (59,1% contra 40,89% para homens). Cerca de 20% destas mulheres idosas são chefes de famílias monoparentais, ou seja, para além de já terem atingido a idade da reforma, têm que assegurar, em alguns casos sozinhas, o sustento da família;
- é de realçar a “juventude” desta população, na qual as crianças e os jovens representam cerca de 50%;
- enquanto que na Área Metropolitana de Lisboa cerca de 12% de famílias são compostas por 6 e mais elementos, na Área Metropolitana do Porto a percentagem é de 8%. Nas duas Áreas Metropolitanas destacam-se as famílias representadas por 3 elementos (Área Metropolitana do Porto - 58,1% e Área Metropolitana de Lisboa - 65,1%). Esta tendência reflecte-se também nas famílias monoparentais, das quais mais de 50% são constituídas por 3 elementos;
- em todos os concelhos da Área Metropolitana do Porto se verificou um claro predomínio de residentes em agregados com um único núcleo familiar (92,3%). Apenas 7,7% da população recenseada reside em agregados com dois ou mais núcleos familiares;

¹¹ *Caracterização sócio-demográfica das famílias PER, DEP, INH, 1997*

- tendo em conta a já referida juventude da população, não é de estranhar que também na Área Metropolitana do Porto predominem os inactivos (59,4%), dos quais 23,3% são estudantes. Contudo, este último valor é muito inferior ao apresentado para Lisboa, sendo aí de 42,9%;
- considerando apenas a população activa, a taxa de desemprego era de 17%, afigurando-se mais elevada do que a verificada para a Área Metropolitana de Lisboa (9,3%) e para o conjunto da população do Continente (6,2%). Por outro lado, da distribuição etária dos desempregados realça a juventude da população desempregada: 61,6% têm idades compreendidas entre os 15 e os 34 anos;
- entre a população activa empregada predominam as profissões manuais, mal remuneradas e que exigem poucas habilitações literárias e/ou qualificação profissional inferiores, destacando-se, nomeadamente, os trabalhadores indiferenciados (32,1%) e os operários especializados (23,1%).
- tal como na Área Metropolitana de Lisboa, também esta população auferem remunerações muito baixas: 85,7% da população apresenta um nível de rendimento inferior a 71.100\$, dos quais 44,4% recebe menos de 47 400 escudos; apenas 4,1% tem um salário superior ou igual a 94 800 escudos.

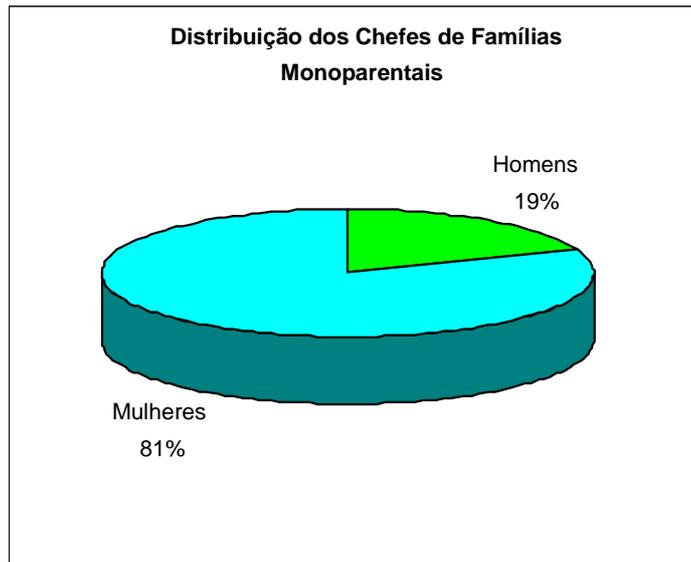
Gráfico 2



Entre os indivíduos isolados é de sublinhar não só o peso das mulheres (72,2%) bem como o facto de que 67,5% destas mulheres terem mais de 65 anos.

- por outro lado, as famílias monoparentais representam 14,5% da população PER. 80,9% dos “Chefes” destas famílias são mulheres, das quais, mais de metade, com idade superior a 55 anos. Cerca de 50% destas famílias recebem remunerações inferiores a 47 400 escudos.

Gráfico 3



Dos elementos aqui apresentados esta população surge como que “trespassada” por diferentes processos de exclusão: exclusão/marginalização espacial; exclusão do sistema de ensino; exclusão de um mercado de trabalho propiciador de níveis de rendimento que possibilitem uma vida dentro dos padrões de consumo correntes na sociedade (sem endividamento), por contraponto a uma integração num “mercado de trabalho secundário”, precário, com baixos níveis de remuneração e portador de um estatuto social pouco prestigiante; exclusão que tem na sua origem, um (pre)conceito que desqualifica determinados estratos da população.

3. PERCURSOS ESCOLARES NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO

Nas sociedades modernas, a educação é entendida como base de transformação dos indivíduos, como forma privilegiada de preparar o futuro, o que, de certa forma, tem vindo a dar origem a um aumento dos níveis de instrução da população.

Acompanhando estas tendências, a escolaridade obrigatória alarga-se e o sistema de ensino democratiza-se, sendo que o primeiro aspecto acaba por funcionar como estratégia para enfrentar o problema do desemprego juvenil e retardar a entrada dos jovens na vida activa.

A escola tem vindo a revelar uma importância crescente no “êxito social” dos indivíduos. Um percurso escolar marcado pelo insucesso pode significar a interiorização do “fracasso” e uma transposição do mesmo para outras dimensões da vida, conduzindo, por seu turno, a um abandono escolar precoce. Por outro lado, possuir um baixo nível de instrução é factor que remete, cada vez mais, os indivíduos para um mercado de trabalho com baixas remunerações e marcado pela instabilidade.

Acresce que um baixo nível de escolaridade, e muito particularmente o analfabetismo, limita os indivíduos no exercício da cidadania e na sua própria autonomia individual.

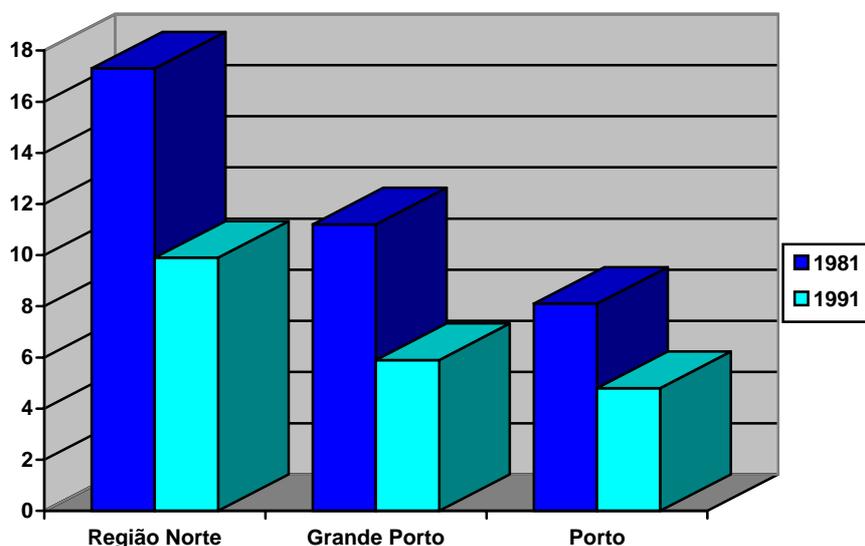
O já referido processo de democratização do sistema de ensino torna-se visível através do aumento dos níveis de instrução da população portuguesa e na quebra, concomitante, das taxas de analfabetismo¹².

Tomando como referência a Região Norte, nos Recenseamentos da População de 1981 e 1991, verifica-se uma queda da taxa de analfabetismo de 17,3% para 9,9%. Esta evolução das taxas de analfabetismo acompanha as tendências verificadas para o Continente, embora a um ritmo ligeiramente inferior, o que faz com que a Região presente, em 1991, taxas de analfabetismo um pouco acima da média nacional.

No contexto da Região, é a Área Metropolitana do Porto (AMP) que apresenta, a este nível, uma melhor situação, embora a descida entre os censos tenha sido um pouco menos significativa -11,2% em 1981 e 5,9% em 1991. Por outro lado, dentro da própria Área Metropolitana do Porto verificam-se diferenças entre os concelhos que a constituem, com o Porto a apresentar as taxas de analfabetismo mais baixas da sub-região -4,8% em 1991.

¹² Não esquecer que a mortalidade da população idosa terá dado algum contributo a essa evolução.

Gráfico 4
Taxas de Analfabetismo

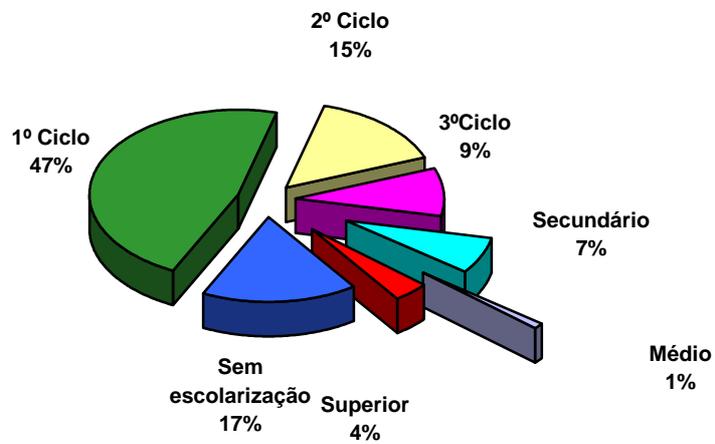


Fontes: Esteves, 1996

Outros indicadores que dão conta do aumento do nível de instrução da população são as variações ocorridas entre a população com o ensino básico e com o ensino secundário. Com efeito, é possível verificar, entre 1981 e 1991, um aumento de 7,7% dos primeiros e de 45% nos segundos, entre os residentes na Área Metropolitana do Porto.

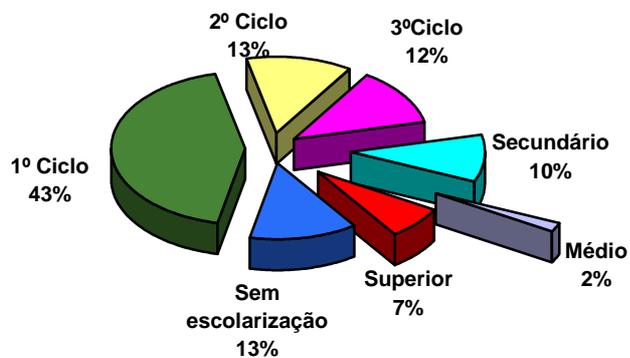
O traço mais marcante nesta evolução diz respeito ao aumento da escolarização, em particular por parte da população feminina. Enquanto que a população residente masculina com ensino básico aumentou 3,9%, a população feminina cresceu 11,7%; da mesma forma, enquanto que o número de homens possuidores de diploma do ensino secundário aumentou 28%, o das mulheres titulares do mesmo nível de ensino cresceu em 66,9% (cfr. Esteves, 1996).

Gráfico 5
Escolarização da População residente na Região Norte - 1991



Fonte: Esteves, 1996

Gráfico 6
Escolarização da População residente no Grande Porto – 1991



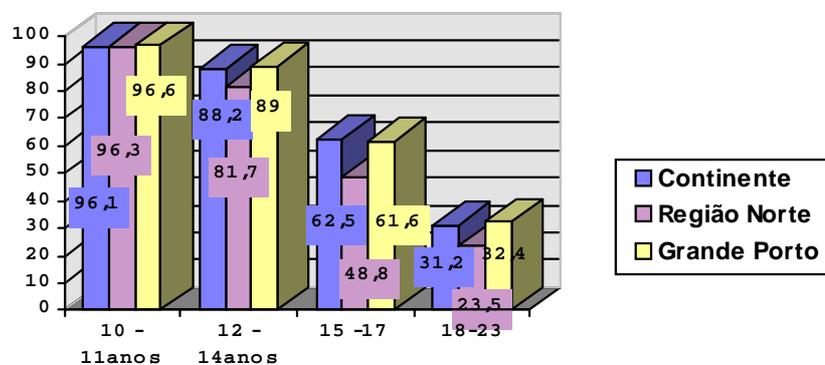
Fonte: Esteves, 1996

Comparando os gráficos anteriores pode concluir-se que, em termos educativos, a população residente na Área Metropolitana do Porto, no contexto da Região Norte, apresenta uma situação relativamente mais favorável, já que as percentagens de população sem escolarização são um pouco mais baixas, sendo, por outro lado, mais elevadas as percentagens dos que possuem um título universitário.

Apesar da já registada evolução positiva entre 1981 e 1991 nos níveis de educação da população, e da posição de “privilégio” do Grande Porto, importa realçar a persistência de 59 815 analfabetos entre a população residente na Área Metropolitana do 1ortomais anos de idade.

Por outro lado, as taxas de escolarização continuam longe dos 100% mesmo para alguns dos grupos etários abrangidos pela escolaridade obrigatória. A este nível, tanto a Região Norte como a Área Metropolitana do Porto acompanham a tendência verificada para o Continente, a qual se traduz numa diminuição das taxas de escolarização à medida que a idade aumenta, mas distanciando-se a Região, com valores mais baixos, a partir dos 12 anos de idade. No interior da Região, apenas o Grande Porto apresenta valores próximos da média nacional, revelando-se, contudo, mesmo aí, uma presença inequívoca do abandono da escola antes da idade mínima legal e da não conclusão da escolaridade obrigatória, por parte de um número de significativo de jovens.

Gráfico 7
Taxas Específicas de Escolarização¹³ da população residente segundo o grupo etário
1991



Fonte: CCRN, 1996

¹³ “As taxas específicas de escolarização apresentam a relação entre o número de indivíduos de determinado grupo etário que está inserido no sistema escolar (independentemente do nível de ensino que frequenta) e o total de indivíduos residentes desse grupo etário” (CCRN, 1996)

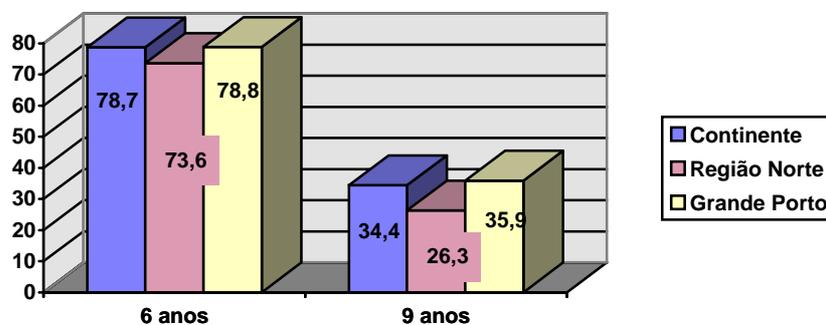
No mesmo sentido apontam as taxas de cumprimento da escolaridade¹⁴ dos grupos etários de 15-19 anos e 25-29 anos. A análise realizada num âmbito de um trabalho desenvolvido pela Comissão de Coordenação da Região Norte (CCRN, 1996), com base no Censo de 1991, salienta o nível relativamente baixo de cumprimento dos 6 anos de escolaridade para o primeiro grupo etário, bem como valores igualmente baixos de cumprimento dos 9 anos de escolaridade.

No contexto do País, a Região Norte apresenta as mais baixas taxas de cumprimento da escolaridade. Na faixa etária dos 25-29 anos, 73,7% não completaram o 9º ano e 47,1% não atingiram, sequer, o 6º ano de escolaridade obrigatória. Para a faixa etária dos 15-19 anos a situação apresenta-se relativamente melhor, já que os valores incluem, certamente, um número significativo de jovens que ainda concluirá o 9º ano. Assim, 73,7% não têm o 9º ano e 21,2% não possuem o 6º ano.

Uma vez mais, a AMP destaca-se da Região em que se insere, apresentando, a este nível, os melhores resultados e situando-se sempre acima da média nacional. De qualquer modo, a situação não deixa de se apresentar gravosa se se tiver em conta a juventude da população em análise e os níveis de escolaridade em questão, bem como a já referida importância da educação na inserção social e profissional das populações.

Gráfico 8

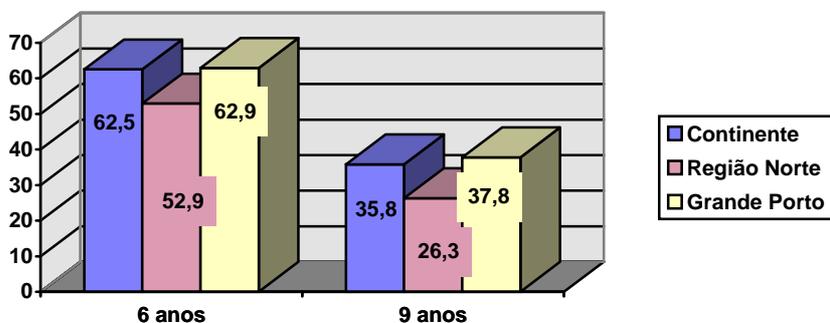
Taxas de cumprimento da escolaridade de 6 e 9 anos, nos grupos etários 15-19, no Continente, Região Norte e Grande Porto 1991



¹⁴ Por taxa de cumprimento de um determinado nível de escolaridade, entende-se a relação entre o número de indivíduos residentes, de determinado grupo etário, que completaram esse nível de escolaridade e o número total de indivíduos residentes desse mesmo grupo de idade (cfr. CCRN, 1996).

Gráfico 9

Taxas de cumprimento da escolaridade de 6 e 9 anos, nos grupos etários 25-29 anos, no Continente, Região Norte e Grande Porto 1991



Um outro indicador a utilizar é a taxa de abandono interanual média¹⁵ a qual aponta para um abandono escolar na ordem dos 15% para o 2º ciclo e de 23,7% para o 3º ciclo, na Região Norte. Se bem que não se disponha da mesma informação para o conjunto dos concelhos que compõem a Área Metropolitana do Porto pode adiantar-se que alguns deles apresentam taxas mais favoráveis: o próprio Porto apresenta taxas de abandono na ordem dos 12% e 15%, respectivamente para o 2º e o 3º ciclos. Uma vez mais, porém, importa salientar o significado estatístico deste fenómeno e a sua relevância em termos sociais.

Pelos indicadores aqui apresentados parece, pois, poder concluir-se que:

- os baixos níveis de instrução permanecem na população portuguesa, afectando particularmente a população da Região Norte, pese embora o aumento relativo dos mesmos¹⁶;
- mais do que em qualquer região do país, no Norte verificam-se taxas elevadas de não cumprimento da escolaridade obrigatória e de abandono precoce do sistema de ensino.

¹⁵ Relação entre o número de alunos matriculados pela primeira vez num ano, ou como repetentes, e o total de inscritos nos anos lectivos e curriculares anteriores (CCRN, 1996).

¹⁶ Importa não esquecer que paralelamente ao aumento da escolaridade obrigatória e à própria democratização do sistema de ensino, se verifica uma certa desvalorização dos diplomas escolares.

Estes elementos parecem sugerir uma persistente inadequação do sistema de ensino às realidades vividas pela população escolar e uma dificuldade em corresponder à diversidade de situações que a mesma população apresenta. Sugerem, ainda, a desvalorização da escola em relação ao trabalho, por parte de alguns estratos da população. O trabalho assume-se como algo que desde cedo começa a dar os seus frutos; a escola apresenta-se como um investimento num futuro mais ou menos longínquo que, na generalidade, se tem dificuldade em perspectivar.

4. DESEMPREGO E PRECARIIDADE DE EMPREGO

Em 1991, existiam na Área Metropolitana do Porto 34 260 desempregados de acordo com o Recenseamento Geral da População de 1991; em 1997 o Anuário Estatístico aponta para um número de 58 100 desempregados. Até 1996, a evolução do desemprego na AMP seguiu o mesmo padrão verificado para a população desempregada do Continente, alterando-se em 1997: enquanto que a população desempregada do Continente baixa (passando de 332 300 em 1996, para 313 100 em 1997), a da Área Metropolitana do Porto continua a aumentar.

Estes números do desemprego para a Área Metropolitana do Porto correspondem, a taxas de desemprego mais elevadas do que as registadas no Continente -10,5% face a 6,7%, respectivamente, em 1997.

Quadro 10

**Taxas de desemprego para a Área Metropolitana do Porto, Região de Lisboa e vale do Tejo e Continente
1991-1997**

	Área Metropolitana do Porto	Região de Lisboa e Vale do Tejo	Continente
			(%)
1991	6,0	7,4	6,1
1996	10,2	8,9	7,3
1997	10,5	7,8	6,7

Fontes: Recenseamento Geral da População, 1991; Anuário Estatístico, 1996; Inquérito ao Emprego, 1997.

É de salientar que, de acordo com os últimos dados disponíveis do Inquérito ao Emprego (1997) para a Região Norte, a Área Metropolitana do Porto é a NUTS que regista a maior taxa de desemprego. As restantes sub-regiões apresentam taxas mais próximas ou abaixo

da do Continente, sendo a orla industrializada da região aquela onde os valores são mais baixos.

Até 1991, o desemprego assume uma face essencialmente feminina, dado que, por um lado, **as taxas de desemprego das mulheres são sempre mais elevadas do que as dos homens e, por outro, o “peso” das mulheres entre os desempregados ultrapassa os 50%**. Esta situação apresenta algumas variações entre 1991 e 1997, revelando-se não só uma aproximação das taxas de desemprego masculinas e femininas, mas também uma leve acentuação do peso dos homens entre a população desempregada. A percentagem de mulheres desempregadas era de 56,1% em 1991, de acordo com os dados do Recenseamento Geral da População, e de 45,4% em 1997, segundo o Inquérito ao Emprego.

Quadro 11

**População desempregada na Área Metropolitana do Porto e no Continente
1991-1997**

		AMP						Continente					
		1991	%	1996	%	1997	%	1991	%	1996	%	1997	%
População	HM	34.260	100,0	56.300	100,0	58.100	100,0	257.184	100,0	332.300	100,0	313.100	100,0
Desempregada	H	15.048	43,9	29.300	52,0	31.700	54,6	103.064	40,1	162.100	48,8	153.700	49,1
	M	19.212	56,1	27.000	48,0	26.400	45,4	154.120	59,9	170.200	51,2	159.400	50,9

Fontes: Recenseamento Geral da População, 1991; Anuário Estatístico, 1996; Inquérito ao Emprego, 1997.

Quadro 12

**Taxas de desemprego para a Área Metropolitana do Porto, por
sexo e percentagem de mulheres entre os desempregados
1991 - 1997**

	Homens	Mulheres	% das mulheres entre o total de desempregados
	(%)		
1991	4,7	7,7	56,1
1996	9,9	10,5	
1997	10,6	10,4	45,4

Fontes: Recenseamento Geral da População, 1991; Anuário Estatístico, 1996; Inquérito ao Emprego, 1997.

Embora não constituindo uma especificidade, já que se assemelha ao que se verifica no Continente e na Região de Lisboa e Vale do Tejo, o desemprego na Área Metropolitana do

Porto assume, ainda, uma outra característica importante, que diz respeito ao facto de as **taxas de desemprego serem particularmente elevadas entre os jovens dos 14-24 anos -25,9% em 1996 e 24,6% em 1997**. No entanto, é necessário ter em consideração que é na Região Norte onde se verificam as "mais baixas taxas de escolarização do país, cujos efeitos são agravados pela concentração nesta área de 40% da população jovem portuguesa."¹⁷

Quadro 13

Estrutura Etária da População Desempregada - AMP

	1996	%	1997	%
14 aos 24 anos	14.600	25,9	14.300	24,6
25 aos 44 anos	28.000	49,7	30.400	52,3
45 e mais anos	13.700	24,3	13.400	23,1
Total	56.300	100,0	58.100	100,0

Fontes: Anuário Nacional de Estatística, 1996 e Estatísticas do Emprego, 1997.

Assim como se verificou para a Região de Lisboa e Vale do Tejo, o desemprego na Área Metropolitana do Porto apresenta-se ligeiramente mais qualificado, do ponto de vista escolar, em comparação com o que se regista no Continente: 60,9% dos desempregados do Continente têm no máximo o 2º ciclo do ensino básico; 6,4% têm cursos superiores. Para a Área Metropolitana do Porto, as percentagens são, respectivamente, 63,3% e 7,0%.

Quadro 14

**População Desempregada, segundo o nível de instrução no Continente, na RLVT e AMP
1991**

	Continente		RLVT		AMP	
	HM	%	HM	%	HM	%
Não sabe ler e escrever	9.015	3,5	3.180	2,8	768	2,2
Sabe ler e escrever	974	0,4	433	0,4	135	0,4
Ensino Básico Primário	101.160	39,3	39.463	34,9	15.097	44,1
Ensino Básico Preparatório	45.529	17,7	16.447	14,5	5.673	16,6
Ensino Secundário Unificado	41.906	16,3	21.216	18,8	5.176	15,1
Ensino Secundário Complementar	38.435	14,9	20.482	18,1	4.470	13,0
Curso Médio	3.664	1,4	2.011	1,8	536	1,6
Curso Superior	16.501	6,4	9.914	8,8	2.405	7,0
Total	257.184	100,0	113.146	100,0	34.260	100,0

Fonte: Censos - 1991

¹⁷ CCRN, Diagnóstico Prospectivo da Região do Norte - versão provisória, Porto, 1998.

Esta maior qualificação da população desempregada na Área Metropolitana do Porto revelará uma maior qualificação dos recursos humanos em geral, já que a mesma tendência se reflecte na população com emprego: em 1996, no Continente, 65,2% da população empregada tinha, no máximo, o 2º ciclo, e 6,0% tinha o ensino universitário. Para a Área Metropolitana do Porto, estas percentagens eram, respectivamente, de 65,9% e 6,2%. Contudo, é na Região de Lisboa e Vale do Tejo que se verifica uma maior qualificação, nomeadamente de 53,8% e 9,2%¹⁸.

Ao analisarmos a distribuição da população por actividade económica, segundo as habilitações, verificamos mais uma vez esta tendência. Apesar de existirem algumas variações entre sectores, devido, em parte, às especificidades das actividades, cerca de 51,3% da população empregue no sector primário possui o 1º ciclo do ensino básico e 18,2% não o chegou a concluir. Quanto ao sector secundário, 52% dos empregados apresentam como escolaridade máxima o 1º ciclo. É no sector terciário onde se verifica uma subida do grau de escolaridade dos seus empregados: 52,8% possui o 2º ciclo.

É ainda de notar que, em 1991, os concelhos da Área Metropolitana do Porto integravam a sub-região cuja taxa de analfabetismo, na população com 15 anos e mais anos, é a mais baixa da Região Norte (5,19% a 9,88%). À medida que se caminha para o interior a taxa de analfabetismo vai aumentando, sendo a zona situada a nordeste aquela que apresenta a mancha mais extensa onde predomina uma das taxas mais elevadas (19,26% a 23,95%)¹⁹, sendo o grupo populacional idoso o mais debilitado.

Por outro lado, é na Região Norte que se concentra o maior abandono precoce do sistema escolar. Normalmente estes jovens pertencem a famílias de baixo rendimento, também elas com baixos níveis de escolarização, possuem fracas expectativas de mobilidade social e muitas vezes são assediados por empresas que recorrem a mão-de-obra indiferenciada e barata.

Para além do analfabetismo e abandono escolar precoce, persiste ainda na Região Norte uma forte desqualificação profissional. Com o intuito de colmatar esta falha, no acesso a novas aprendizagens e requalificações, tem-se incrementado a oferta de ensino profissional. Contudo, esta oferta é manifestamente insuficiente, mesmo para a procura actual²⁰.

Tendo como base os dados para 1996 dos Quadros de Pessoal, o mercado de trabalho na Área Metropolitana do Porto é atravessado por fortes diferenciações entre os diferentes

¹⁸ Quadros de Pessoal, 1996. As percentagens referentes ao ensino universitário incluem os bacharelatos e as licenciaturas. Para este calculo excluiu-se a classe dos ignorados.

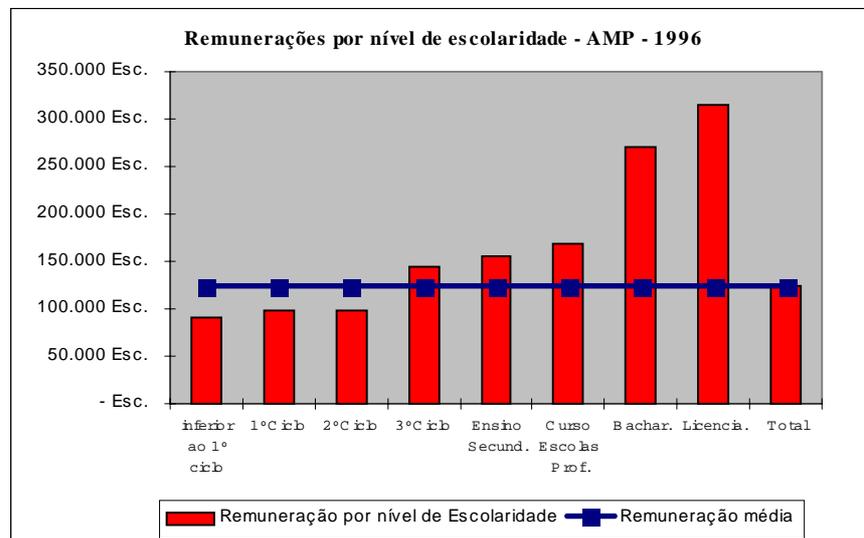
¹⁹ Dados retirados da Internet - CCRN/DRPD.

²⁰ CCRN, Diagnóstico Prospectivo da Região do Norte - versão provisória, Porto, 1998.

sectores da economia - o salário médio ganho mais elevado é o do sector "financeiro", com 266 423 escudos, face a um salário médio ganho mais baixo, de 77 251 escudos para os empregados ligados à restauração e hotelaria e 77 816 escudos para a "Administração pública, defesa e segurança obrigatória", havendo, portanto, uma diferença que atinge 189 172 escudos. As diferenças salariais entre níveis de qualificação correspondem, de certa forma, às diferenças para distintas habilitações académicas: as remunerações médias mais baixas correspondem aos indivíduos que "não sabem ler nem escrever", enquanto que as mais elevadas verificam-se entre os "licenciados".

Também na Área Metropolitana do Porto se verifica uma forte limitação no acesso dos baixos níveis de escolaridade aos níveis de remuneração que se situam acima da média geral. Contudo, a remuneração média mensal (ganho) praticada na AMP (123 343 escudos), segue de perto a encontrada para o Continente (124 570 escudos), ficando abaixo da respectiva para a Região de Lisboa e Vale do Tejo (151 669 escudos). Por outro lado, é nítida a existência de um esquema salarial dando origem à constituição de três grupos diferentes consoante os graus de instrução possuídos: um primeiro grupo composto por aqueles que têm, no máximo, o 2º ciclo (ou o ciclo preparatório) e que recebem abaixo do rendimento médio mensal; um segundo grupo constituído por aqueles que têm um nível de instrução superior ao anterior mas que não possuem diploma universitário, auferindo um salário um pouco acima da média; e um terceiro grupo que corresponde aos indivíduos com formação académica superior, conseguindo, em alguns casos, receber o dobro do rendimento médio ganho.

Gráfico 10



Fonte: Quadros de Pessoal

É ainda de salientar que cerca de 50% dos trabalhadores por conta de outrem empregues na Área Metropolitana do Porto recebem menos de 80 000 escudos (remuneração base). O sector primário é aquele que emprega a maior percentagem de trabalhadores a auferirem o salário mais baixo: 58% dos empregados recebe menos de 60 000 escudos, dos quais 23,5% recebe menos de 18 000 escudos. A situação das remunerações base no sector secundário sobe um escalão, ou seja, 60% dos trabalhadores recebe até 79 999 escudos. Por ultimo, no sector terciário, mais de metade dos empregados recebem entre 50 000 escudos a 100 000 escudos. Em comparação com os outros sectores de actividade económica, é neste sector que encontramos concentrada a maior percentagem de empregados que auferem um rendimento acima da média.

À semelhança do que acontece na Região de Lisboa e Vale do Tejo, regista-se, na Área Metropolitana do Porto, a **tendência de uma cada vez maior parte do emprego ser criado/estar inserido em empresas de pequena dimensão**. Esta tendência é ainda mais forte nesta última já que em 1991, 47,9% da população empregada exercia a sua actividade profissional no âmbito de empresas com menos de 50 pessoas; esta percentagem sobe para 55,8%, em 1996, ano no qual, por outro lado, as empresas de 1 a 9 pessoas significam 24,2%²¹.

Quadro 15

Número de Pessoas ao Serviço por Dimensão do Estabelecimento, segundo as sectores de actividade económica 1991-1996

CAE 1991 e 1996 (%)	1 a 4 pessoas	5 a 9 pessoas	10 a 19 pessoas	20 a 49 pessoas	50 a 99 pessoas	100 a 199 pessoas	200 a 399 pessoas	400 a 499 pessoas	500 a 999 pessoas	1000 e mais	Total
Sector Primário - 1991	10,0	15,0	17,0	28,6	29,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100
Sector Primário - 1996	17,8	14,5	29,7	16,8	0,0	21,2	0,0	0,0	0,0	0,0	100
Sector Secund. - 1991	3,3	6,2	9,8	17,5	14,5	15,4	12,8	2,8	10,7	7,0	100
Sector Secund. - 1996	5,2	8,4	12,1	18,5	14,2	14,3	12,3	1,6	6,9	6,5	100
Sector Terciário - 1991	12,7	15,6	16,5	17,4	9,7	7,6	9,9	1,0	3,9	5,7	100
Sector Terciário - 1996	16,8	17,4	16,2	16,1	9,4	7,5	6,1	3,0	5,1	2,3	100
Total - 1991	7,4	10,3	12,7	17,5	12,5	12,0	11,5	2,0	7,7	6,4	100
Total - 1996	11,2	13,0	14,3	17,3	11,7	10,9	9,1	2,3	5,9	4,4	100

Fonte: Quadros de Pessoal

²¹ Estudos realizados (CESO, 1993, por exemplo) revelam que é nas pequenas empresas que, geralmente, os salários são mais baixos.

Em relação ao sector de actividade económica, aquele que apresenta uma maior concentração de pessoal em empresas de pequena dimensão é, sem dúvida, o sector terciário: cerca de 50% dos empregados deste sector trabalhavam em empresas com menos de 20 pessoas. Quanto ao sector secundário, que emprega 50% dos trabalhadores por conta de outrem presentes nos quadros de pessoal, 58,4% trabalha em empresas com menos de 100 pessoas, contra 51,3% para 1991²². As grandes empresas – com mais de 500 empregados – representam apenas 13,4%, tendo-se verificado um decréscimo em relação a 1991 (17,7%).

Quanto às empresas do sector primário, tratam-se, na sua maioria, de pequenas empresas: mais de 60% emprega menos de 20 pessoas, enquanto que em 1991, as empresas desta dimensão empregavam cerca de 40% dos empregados deste sector.

Em geral, se se comparar 1991 com 1996, verifica-se que em todos os sectores houve um aumento do número de empresas com menos empregados ao serviço.

Outros elementos sobre o emprego e desemprego na Área Metropolitana do Porto e respectiva região apontam para a existência de precariedades várias:

- 14% da população empregada por conta de outrem não tem contrato permanente de trabalho²³;
- assim como na Região de Lisboa e Vale do Tejo, cerca de 7% da população empregada na Região Norte trabalha a tempo parcial. Destes trabalhadores a tempo parcial 71,7% são mulheres²⁴;
- seguindo a tendência nacional, também na Região Norte, os indicadores de precariedade do emprego, nomeadamente, o emprego a tempo parcial, o emprego com contrato não permanente e o emprego por conta própria, têm vindo a aumentar²⁵;
- o mercado de trabalho da Região Norte caracteriza-se por uma fragilidade devido ao peso significativo das entradas precoces na vida activa, da economia informal e

²² Quadros de pessoal - dados para 1996.

²³ Inquérito ao Emprego - 1997.

²⁴ Dados da Internet - CCRN referentes ao 2º trimestre de 1996.

²⁵ CCRN, Diagnóstico Prospectivo da Região do Norte - versão provisória, Porto, 1998.

outras formas de trabalho atípico ou pouco estruturado, do trabalho pouco qualificado e dos baixos salários²⁶;

- em 1991, 75,1% da população empregada por conta de outrém trabalhava mais de 40 horas semanais, acompanhando a tendência presente ao nível do País. No entanto, esta situação tem vindo a alterar-se, uma vez que os dados para 1996 e 1997 apontam para uma descida acentuada: em 1996, 41,5% do total de empregados trabalhava mais de 41 horas, passando para 34,6% em 1997²⁷; Verifica-se, então, para este período uma variação anual de -17%;
- considerando o total a Região Norte, 19,4% da população com actividade económica com menos de 15 anos, residia na Área Metropolitana do Porto²⁸, representando 2308 rapazes (54,4%) e 1936 raparigas (45,6%);
- cerca de 1/3 da população da Região Norte com mais de 60 anos reside na AMP, representando, por sua vez, 37,7% dos inactivos;
- 16,9% da população residente na Área Metropolitana do Porto recebe uma pensão (de qualquer natureza) e 0,8 % depende do apoio social para viver. Estas percentagens sobre o principal meio de vida seguem a tendência verificada para a Região Norte, respectivamente, 18,9% e 0,8%²⁹;
- o subsídio de desemprego é prestado a 1,6% da população residente e 0,8% recebe o subsídio temporário por acidentes de trabalho.

Quanto à estrutura da população desempregada, na Área Metropolitana do Porto, 20,8% são desempregados à procura de primeiro emprego e 79,2% da população procura novo emprego. Estas percentagens estão de acordo com as verificadas quer para a Região Norte, quer para o Continente e, apesar de se referirem a 1991 os dados para 1996, do Anuário Estatístico, apontam no mesmo sentido. Dentro da Região Norte, 30,8% dos desempregados à procura do primeiro emprego e 49,1% dos desempregados à procura de novo emprego residem na Área Metropolitana do Porto. Quanto à repartição em termos de género, as percentagens referentes às mulheres ultrapassam os 50% em ambas as situações, atingindo os 60,6% no caso das mulheres desempregadas à procura de primeiro emprego.

²⁶ CCRN, Diagnóstico Prospectivo da Região do Norte - versão provisória, Porto, 1998.

²⁷ Inquérito ao Emprego - 1997.

²⁸ Censos - 1991.

²⁹ Censos - 1991.

Quadro 16
**Estrutura da População Desempregada
 1991-1996**

		1991			1996			
		AMP	AMP/ RN	Região Norte	Continente	Região Norte	Continente	
TOTAL	HM	100,0	100,0	43,7	100,0	100,0	100,0	100,0
	H	44,0			44,9		40,1	
	M	56,0			55,1		59,9	
Desempregados à Procura de 1º Emprego	HM	100,0	20,8	30,8	100,0	100,0	100,0	22,2
	H	39,4			37,5		33,4	
	M	60,6			62,5		66,6	
Desempregados à Procura de Novo Emprego	HM	100,0	79,2	49,1	100,0	100,0	100,0	77,8
	H	45,0			48,0		42,0	
	M	55,0			52,0		58,0	

Fonte: Recenseamento Geral da População, 1991; Anuário Estatístico, 1996.

É de salientar ainda, que 78% dos desempregados à procura de novo emprego na Área Metropolitana do Porto, possuem apenas o ensino básico. Embora o nível de escolaridade dos desempregados à procura do primeiro emprego não seja tão baixa, ronda ainda os 56% a proporção de indivíduos cujo nível mais elevado de ensino é o ensino básico. Em ambas as situações, é no Concelho do Porto que reside a menor percentagem de desempregados com este nível de instrução atingido no sistema de ensino formal (74% e 45%, respectivamente). De acordo, ainda, com o nível de escolaridade atingido, na Área Metropolitana do Porto o grupo menos atingido pelo desemprego é o constituído por indivíduos que frequentaram o ensino médio ou superior (Saleiro, et al, 1996).

Em 1997, os desempregados à procura de novo emprego dividem-se entre o sector da Indústria e Construção (45,4%) e os Serviços Comerciais (43,3%), enquanto que os desempregados do sector de actividade agrícola e outras actividades representam apenas 11%. Esta situação vem confirmar, os dados de 1995 dos Centros de Emprego da Área Metropolitana do Porto, referentes à estrutura profissional dos desempregados, segundo a qual 2/3 dos indivíduos desempregados inserem-se nos grupos profissionais de trabalhadores das indústrias extractivas, transformadoras e condutores de máquinas fixas e de transporte e, trabalhadores administrativos e trabalhadores similares. O grupo profissional mais protegido face ao desemprego é constituído pelos Directores e quadros superiores e administrativos e o Pessoal de profissões científicas, técnicas, artísticas e profissões similares, representando, para o mesmo ano, 12% e 5,8%, respectivamente.

Quadro 17

Estrutura da população desempregada por duração da situação de Desemprego 1997

	AMP	RLVT	Continente
Desempregados de 0 a 12 meses	52,3	55,2	56,5
Desempregados há mais de 1 ano	47,7	44,8	43,5
Total	100,0	100,0	100,0

(%)

Fonte: Inquérito ao Emprego, 1997.

A duração da situação de desemprego verificada na Área Metropolitana do Porto não difere muito da situação presente quer na Região de Lisboa e Vale do Tejo, quer no Continente, apresentando, contudo a maior percentagem de desempregados de longa duração (47,7%).

5. CRIMINALIDADE E TOXICODEPENDÊNCIA

5.1 Criminalidade

Segundo as Estatísticas Criminais, referentes ao ano de 1996, os Distritos de Lisboa e Porto concentram mais de 50% dos crimes registados pelas diferentes autoridades policiais. Se, no conjunto do Distrito de Lisboa e Porto, a maior percentagem de crimes (77,4%) corresponde à categoria de infracções – “crimes contra o património”, em relação ao Continente a incidência nestes dois distritos das categorias de infracção “crimes contra o património” e “ crimes contra o estado” ultrapassam em ambas os 50%.

Quadro 18

Crimes registados pelas autoridades policiais em, para Lisboa - Porto e Resto do País 1996

	Lisboa e Porto	Lisboa e Porto	Resto do País	Continente
Crimes contra as pessoas	14,0	36,7	63,3	100,0
Crimes contra o Património	77,4	59,4	40,6	100,0
Crimes contra a paz e a humanidade	0	0,0	0,0	0,0
Crimes contra a vida em sociedade	7,8	38,2	61,8	100,0
Crimes contra o estado	0,7	51,8	48,2	100,0
Crimes não especificados	0,1	42,6	57,4	100,0
Total	100,0	52,5	47,5	100,0

(%)

Fonte: Estatísticas da Justiça - Estatísticas Criminais, 1996

Em relação à segurança urbana na Área Metropolitana do Porto, nomeadamente no que diz respeito à Cidade do Porto, verifica-se que entre 1990 e 1992, houve um aumento de 35% de furtos e roubos, sendo o furto em automóveis o mais frequente - 36,2% do total das participações de furtos, em 1992. No entanto, as esquadras que abrangem a zona histórica do Porto, registaram, no mesmo ano, um maior número de casos de roubos a pessoas. No que se refere à zona não urbana da Área Metropolitana do Porto, o crescimento deste tipo de criminalidade ultrapassou os valores percentuais verificados para a Cidade do Porto: 39,4% respeitantes ao mesmo período (CCRN, 1993). O aumento da pequena criminalidade – objectos furtados de automóveis, roubo de carteiras por "esticão", assaltos a estabelecimentos – parece estar associado ao aumento do consumo de droga. Por outro lado, verifica-se um aumento dos assaltos a pessoas, com ameaça física mas sem agressão, e a automóveis nas zonas de maior vida nocturna, embora estas zonas de maior criminalidade global, não coincidam com as zonas de maior número de habitantes.

A partir da análise das Estatísticas da Justiça de Menores é possível vislumbrar-se um panorama geral da criminalidade que mais atinge os indivíduos com menos de 16 anos. Em 1996, constavam 1317 menores em juízo, por infracção penal, dos quais 83,2% por crimes contra o património. São os menores do sexo masculino que representam a grande maioria dos "pequenos infractores" (89,5% contra 10,5% do sexo feminino). É de notar, ainda, que cerca de metade dos infractores tem 14 ou menos anos de idade.

O Distrito Judicial do Porto é aquele que apresenta o maior número de menores em juízo (34,9%). Este distrito, conjuntamente com o de Lisboa, perfazem mais de 60% do total de menores em juízo. O peso dos menores do sexo feminino é mais significativo em Lisboa do que na Porto: 28,4% e 23,7%, respectivamente.

Comparando o tipo de situações que provocam uma maior intervenção do tribunal, constata-se que o Distrito Judicial do Porto (49,3%) segue de perto a tendência verificada para o Continente (46,9%) relativo às infracções penais; quanto às vítimas de maus tratos, exercício abusivo da autoridade, abandono ou desamparo verifica-se 26,5% e 27,2%, respectivamente. Ao contrário, no Distrito Judicial de Lisboa, a percentagem mais elevada de situações que provocaram a actuação do tribunal diz respeito às vítimas de maus tratos.

Quadro 19

**Menores em juízo, segundo a situação que provocou a actuação do Tribunal
1996**

Situação que provocou a actuação do tribunal	Distrito Judicial do Porto	% Porto	% Lisboa	% Continente
Vítimas de maus tratos, exercício abusivo da autoridade, abandono ou desamparo	259	26,5	41,1	27,2
Dificuldade de adaptação à vida social normal	31	3,2	5,9	5,3
Inadaptação à disciplina da família, do trabalho e outra	46	4,7	4,3	4,5
Entregue à mendicidade, vadiagem, prostituição e libertinagem	152	15,5	13,4	15,1
Abuso de bebidas alcoólicas e uso ilícito de estupefacientes	8	0,8	0,6	1,0
Infracção Penal	482	49,3	34,7	46,9
Total	978	100,0	100,0	100,0

Fonte: Estatísticas da Justiça - Justiça de Menores, 1996

No âmbito da protecção de menores é a delegação regional de Lisboa que, recebe mais solicitações dos tribunais, das comissões de protecção de menores e do Ministério Público (45,1% do total geral). Contudo, ao separarmos o tipo de intervenção prestado por cada organismo, verifica-se que é a delegação regional do Porto que tem a seu cargo a maior fatia da população em Comissão de Protecção de Menores (72,0%).

Quadro 20

**Solicitações dos tribunais, das Comissões de Protecção de Menores e do Ministério Público, no âmbito da protecção de menores, por delegação regional
1996**

Delegação Regional	Total	%	Em Comissão de Protecção de Menores	%
Coimbra	4282	15,0	57	11,7
Évora	2347	8,2	23	4,7
Lisboa	12885	45,1	57	11,7
Porto	9056	31,7	352	72,0
Total Geral	28570	100,0	489	100,0

Fonte: Estatísticas da Justiça - Justiça de Menores, 1996

É ainda de notar que no âmbito da protecção de menores, a Delegação Regional do Porto cobre 24,2% dos casos em acompanhamento. No entanto, é a Direcção Regional de Lisboa que segue cerca de metade dos casos registados no Continente. Ou seja, a nível de distribuição geográfica dos casos em acompanhamento, Porto e Coimbra cobrem metade das situações contra a outra metade das situações acompanhadas por Lisboa.

Quadro 21

**Casos em Acompanhamento no âmbito da protecção de menores, por delegação regional
31 de Dezembro de 1996**

Delegação Regional	Total	%
Coimbra	1189	23,5
Évora	344	6,8
Lisboa	2303	45,5
Porto	1222	24,2
Total Geral	5058	100,0

Fonte: Estatísticas da Justiça - Justiça de Menores, 1996

Muitos dos casos de maus tratos infantis não constam das estatísticas institucionais. Trata-se de uma realidade camuflada do nosso quotidiano que, nos últimos anos, tem despertado o interesse dos investigadores e dado origem a diversos estudos.

Segundo um estudo realizado pelo Centro Social e Paroquial Nossa Senhora da Vitória sobre os maus tratos infantis no Centro Histórico do Porto³⁰, concluiu-se que, nesta zona da cidade, fechada e degradada habitacionalmente, onde vive parte daquela população que abandonou as aldeias do interior, com um baixo nível de escolaridade e de qualificações profissionais associado a um baixo rendimento, mantêm-se uma atitude de desvalorização face à carreira escolar e uma integração precoce no mercado de trabalho.

Parte das crianças identificadas neste estudo vivem em alojamentos onde as condições de habitabilidade se encontram abaixo do limiar razoável. "Em diversas destas habitações, a não existência de divisões funcionalizadas indicia situações condicionadoras de insalubridade e, em alguns casos, de promiscuidade habitacional" (Freitas, coord, 1998).

³⁰ Inclui as Freguesias de S. Nicolau, Miragaia, Sé e Vitória.

Trata-se de crianças de ambos os sexos, com idades entre os 0 e os 14, sendo o escalão etário dos 4 aos 9 anos de idade aquele onde se verifica uma maior representação das situações de maus tratos. Mais de metade destas crianças possui um estado de saúde débil e apresenta dificuldades de aprendizagem, fraco aproveitamento escolar ou ainda dificuldades de integração.

Quanto à distribuição do tipo de maus tratos segundo a modalidade e, sabendo que uma criança pode ser alvo de uma ou mais modalidades, dentro do abandono sobressaem os casos de abandono e abandono temporário. No que se refere às negligências, é de assinalar a falta de higiene e a alimentação inadequada; quanto às agressões e violências destaca-se o número de agressões físicas; por último, dentro da modalidade das violências psicológicas, regista-se a exposição a cenas de extrema violência, falta de afecto e atenção dos pais, e clausura.

5.2. Toxicodependência

De acordo com os dados do Ministério da Justiça o número de condenados por tráfico, consumo ou tráfico-consumo de drogas cresceu de 903 em 1988, para 3031 em 1996, verificando-se ao longo deste período um peso crescente das mulheres. Em 1996, as idades de cerca de 50% da população condenada situavam-se entre os 20 e os 29 anos.

Quadro 22
Indivíduos condenados, segundo o sexo (Continente)
1988 a 1996

	1988	%	1992	%	1996	%
Masculino	824	91,3	1152	91,2	2677	88,3
Feminino	79	8,7	111	8,8	354	11,7
Total	903	100,0	1263	100,0	3031	100,0

Fonte: Ministério da Justiça, Sumários de Informação Estatística - Droga, 1996

Ao analisar as circunstâncias atenuantes das sentenças dos infractores por consumo ou tráfico de droga, é de notar o peso dos infractores em tratamento, toxicodependente ou ex-toxicodependente (16,2%) e, por outro lado, a uma modesta condição social e pobreza (14,5%).

Quadro 23

**Circunstâncias atenuantes constantes das sentenças
dos infractores por consumo ou tráfico de droga
1996**

Tipo de Atenuante	Total	%
Bom comportamento	106	1,9
Colaboração com a justiça e confissão espontânea, total ou parcial	1347	24,2
Declaração de arrependimento	445	8,0
Em tratamento, toxicodependente ou ex-toxicodependente	899	16,2
Ilícitude não elevada	90	1,6
Inserção social e/ou familiar	177	3,2
Modesta condição social e pobreza	808	14,5
Primário	1407	25,3
Quantidade diminuta de droga	95	1,7
Ser jovem	83	1,5
Outros	102	1,8
Total - 1996	5559	100,0

Nota: Um mesmo indivíduo pode ter mais que uma atenuante, daí o total de atenuantes ser superior ao número de infractores (3031)

Fonte: Ministério da Justiça, Sumários de Informação Estatística - Droga, 1996

Quanto aos presumíveis infractores das leis da droga, o Distrito Judicial do Porto registou 23,2% das situações, registadas no Continente.

Tratando-se da segunda grande metrópole do País, a Área Metropolitana do Porto não foge aos meandros do tráfico e consumo de droga. De acordo com os dados disponíveis do Serviço de Prevenção e Tratamento da toxicodependência – Direcção Regional Norte, tentar-se-à enquadrar esta realidade no vasto contexto da Área Metropolitana do Porto, sabendo a partida tratar-se de uma informação restrita, uma vez que só nos dá conta dos toxicodependentes que estão a ser seguidos nas consultas dos Centros de Atendimento a Toxicodependentes (CAT's).

Quadro 24

Total de toxicodependentes em 1ª consulta nos CAT's da AMP

Período	Total de 1ªs Consultas
1977-1980	628
1981-1985	1022
1986-1990	3994
1991-1995	6567
1996-1998	3355
Sem informação	69
Total	15635

Nota: A residência dos indivíduos em 1ª consulta não foi considerada.

Fonte: SPTT/DRN, Toxicodependentes na Área Metropolitana do Porto, 1998

Desde 1977 até Junho de 1998, foram atendidos 15 635 toxicodependentes em primeira consulta nos CAT's da Área Metropolitana do Porto. É de notar que o número de primeiras consultas tem vindo a aumentar gradualmente, destacando-se o período entre 1991 e 1995, no qual se registaram 6 567 situações de primeiro atendimento. Este aumento da procura de consultas indicia, não só o crescente número de grandes consumidores de drogas, na sua maioria de drogas ditas "pesadas" (heroína e cocaína), bem como o alargamento da zona de cobertura dos CAT's, ou seja, se até 1988 funcionava apenas um CAT, situado na Boavista, em 1998, existem mais seis centros em funcionamento.

Quadro 25

Toxicodependentes em 1ª consulta nos CAT's do Porto, segundo o concelho de residência, desde 1977 a fins de 1995

Concelhos	Total	%
Espinho	186	2,0
Gondomar	1165	12,4
Maia	413	4,4
Matosinhos	979	10,4
Porto	4126	43,8
Póvoa do Varzim	172	1,8
Valongo	344	3,6
Vila do Conde	159	1,7
Vila Nova de Gaia	1882	20,0
Total Global	9426	100,0

Fonte: SPTT/DRN, Toxicodependentes na Área Metropolitana do Porto, 1998

Ao analisar os concelhos de residência dos toxicod dependentes que foram atendidos nos CAT's do Porto, entre 1977 e 1995, verifica-se que é na própria capital da região Norte onde reside mais de 40% desta população. O Concelho do Porto, conjuntamente com Vila Nova de Gaia, concentra mais de 60% destas situações. Por outro lado, Povoia do Varzim e Vila do Conde são os concelhos que apresentam a menor percentagem de toxicod dependentes, 1,8% e 1,7%, respectivamente.

Quadro 26

Toxicod dependentes em primeira consulta nos CAT's do Porto, segundo o concelho de residência, por grupo etário, desde 1977 a fins de 1995

Concelhos	>15	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	>45	S/inf.	Total
Espinho	0	17	57	60	42	9	1	0	0	186
Gondomar	3	99	384	407	191	57	13	0	11	1165
Maia	0	46	139	140	67	17	1	1	2	413
Matosinhos	6	127	335	298	139	53	13	1	7	979
Porto	17	467	1357	1332	641	225	54	16	17	4126
Póvoa do Varzim	0	15	58	57	25	13	1	2	1	172
Valongo	2	36	122	102	63	16	3	0	0	344
Vila do Conde	0	19	52	55	22	8	1	0	2	159
Vila Nova de Gaia	11	228	705	600	231	83	5	4	15	1882
Total	39	1054	3209	3051	1421	481	92	24	55	9426
Total %	0,4	11,2	34,0	32,4	15,1	5,1	1,0	0,3	0,6	100,0

Fonte: SPTT/DRN, Toxicod dependentes na Área Metropolitana do Porto, 1998

O quadro anterior dá-nos conta da juventude desta população: 45,6% da população toxicod dependente residente na Área Metropolitana do Porto tem 24 ou menos anos de idade e 47,5% situa-se entre os 25 e os 34 anos.

Quanto à sua distribuição por género, e considerando o mesmo período, predominam os consumidores do sexo masculino: 84,1% contra 15,9% do sexo feminino. Considerando o Concelho de residência, Espinho apresenta a percentagem mais elevada de toxicod dependentes do sexo feminino, seguido do Porto, com 23,7% e 19,1%, respectivamente.

Visto ser no Concelho do Porto onde reside grande parte da população que tem vindo a utilizar as consultas dos CAT's, apresenta-se, em seguida, alguns dados relativos a este concelho, um dos mais problemáticos em termos de toxicod dependência da Área Metropolitana Porto.

Quadro 27

Toxicodependentes em 1ª consulta nos CAT's do Porto, segundo a freguesia de residência, por grupo etário, desde 1977 a fins de 1995

Freguesias	>15	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	>45	S/inf.	Total	Total %
Aldoar	0	16	51	55	28	13	1	0	0	164	4,0
Bonfim	2	44	117	105	50	10	4	3	3	338	8,2
Campanhã	1	68	170	162	87	32	8	1	2	531	12,9
Cedofeita	1	42	121	113	75	24	8	2	2	388	9,4
Foz do Douro	1	22	67	54	22	5	0	0	3	174	4,2
Lordelo	1	42	101	88	46	23	7	1	0	309	7,5
Massarelos	0	9	39	42	18	5	0	1	1	115	2,8
Miragaia	2	5	37	52	19	12	3	0	0	130	3,2
Nevogilde	2	4	25	10	7	3	1	0	0	52	1,3
Paranhos	3	75	235	264	118	35	12	4	0	746	18,1
Ramalde	3	65	146	135	50	23	3	2	1	428	10,4
Sé	0	21	69	66	32	7	0	0	1	196	4,8
St. Ildefonso	1	16	62	66	47	18	3	1	0	214	5,2
S. Nicolau	0	7	27	27	10	6	1	0	0	78	1,9
Vitória	0	11	39	45	15	3	1	1	0	115	2,8
Sem informação de freguesia	0	20	51	48	17	6	2	4	0	148	3,6
Total	17	467	1357	1332	641	225	54	20	13	4126	100,0
Total %	0,4	11,3	32,9	32,3	15,5	5,5	1,3	0,5	0,3	100,0	

Fonte: SPTT/DRN, Toxicodependentes na Área Metropolitana do Porto, 1998

Paranhos, Campanhã e Ramalde são as Freguesias da Cidade do Porto, onde reside o maior número de utentes das CAT's, concentrando 41,4% dos casos em relação ao total do concelho. Por sua vez, S. Nicolau, Massarelos e Vitória apresentam as percentagens mais baixas. Quanto à estrutura etária desta população, segue a tendência verificada para os Concelhos da Área Metropolitana do Porto: 44,6% tem 24 ou menos anos de idade e 47,8% encontra-se no escalão dos 25 aos 34 anos. Os indivíduos com 40 ou mais anos representam apenas 1,8%.

Apesar da presença de toxicodependentes do sexo feminino ser relativamente diminuta (19,1%), a freguesia de Paranhos, Campanhã e Cedofeita apresentam as percentagens mais elevadas, nomeadamente: 15,6%, 13,6% e 11,8%, ou seja, concentram cerca de 40% da população toxicodependente feminina residente no concelho do Porto. Por outro lado, na globalidade das freguesias, é na freguesia de St. Ildefonso onde se faz sentir o

maior peso de mulheres toxicodependentes (25,2%) que recorreram ao atendimento dos CAT's.

É ainda de salientar que, enquanto a Região de Lisboa e Vale do Tejo, apresenta o maior número de casos de doentes com SIDA – 79,5% contra 20,5% no Distrito do Porto – é no Porto que mais de metade dos casos (56,8%) são indivíduos toxicodependentes³¹. Por outro lado, em 1996 o Instituto de Medicina Legal do Porto verificou que 34,5% das mortes tinham sido causadas por overdose e relacionadas com o consumo de droga

5.3 Os Arrumadores de Automóveis

No âmbito do "Contrato de Cidade", programa desenvolvido na cidade do Porto desde 1997, que visa contribuir para a promoção da segurança urbana naquela cidade, integra-se o subprograma operacional "Juventude e Estruturas de Proximidade". Este subprograma tem como objectivo geral apoiar o desenvolvimento de projectos de prevenção primária da toxicoddependência e da delinquência juvenil, proporcionando o combate à exclusão social e a promoção da reinserção social de jovens em risco. Em termos práticos, este subprograma traduziu-se num plano exclusivo que visa prevenir e combater o problema específico dos arrumadores de automóveis, bem como criar estruturas de acolhimento e apoio a este grupo socialmente excluído.

Trata-se de um grupo em crescimento, com problemas de vária natureza e muitas vezes protagonista da designada pequena criminalidade. De facto, segundo a informação disponível (CMP, 1996), metade dos arrumadores têm antecedentes criminais, sendo previsível que grande parte deles seja toxicodependente e sofra de problemas de saúde associados a esta prática. Por outro lado, muitos destes indivíduos são provenientes de zonas degradadas e desfavorecidas da cidade; possuem um baixo nível de escolaridade e fracas qualificações profissionais; encontram-se desinseridos do meio familiar e desintegrados do mercado de trabalho.

No terreno criaram-se três projectos experimentais, dois dos quais vocacionados para dar apoio directo a este grupo, constituído na sua maioria por toxicodependentes, nomeadamente, o "Há Porto Contigo" e "Área de Dia de Aldoar". Através da realização de actividades diversas, tais como, diagnóstico e acompanhamento médico e social, tratamento da toxicoddependência, formação profissional, actividades ocupacionais, estes dois programas abrangeram 163 arrumadores de automóveis. O terceiro projecto -

³¹ GPCCD, Sumários de Informação Estatística - Droga - 1996, Ministério da Justiça, 1997.

"Equipas de Rua" - pretende desenvolver um trabalho de prevenção e orientação junto de jovens pertencentes a grupos de risco desenquadrados do sistema escolar.

Quanto à prevenção directa da Toxicodependência e, ainda no âmbito deste vasto programa, surgiu um subprograma operacional, "Prevenção das Toxicodependências" que se divide em duas estruturas de apoio a toxicodependentes. A primeira, "Centro de Acolhimento Provisório" oferece aos toxicodependentes que aguardam orientação para programas de desintoxicação ou outras respostas de retaguarda, cuidados sociais e de saúde, ou seja, durante um período curto de tempo, esta estrutura, com capacidade máxima de 12 camas, garante o apoio imediato a carências básicas. A segunda estrutura, ainda em fase de aprovação do projecto de arquitectura, pressupõe a construção de uma residência comunitária para ex-toxicodependentes, provenientes de meios desfavorecidos ou sem suporte familiar, que tenham sido bem sucedidos no processo de recuperação e que já disponham de autonomia, onde serão prestados os cuidados sócio-terapêuticos na fase de reinserção social.

6. OS SEM-ABRIGO

Se para Região de Lisboa e Vale do Tejo foi possível dar uma panorâmica abrangente da situação em que se encontram os sem-abrigo, em relação ao Porto e, devido à informação disponível, só é possível abordar esta questão do ponto de vista restrito, ou seja, das pessoas sem casa, que dormem em sítios impróprios, como a rua, vãos de escada, etc..

Nos meados dos anos 90, a Santa Casa da Misericórdia do Porto desenvolveu um estudo sobre a realidade dos sem abrigo na cidade do Porto. Através de entrevistas por questionário, procurou-se não só localizar e identificar o número de sem-abrigo na cidade do Porto e cidades limítrofes, mas também, conhecer as suas histórias de vida, ansiedades e expectativas quanto ao futuro.

Apesar de ser difícil estabelecer comparações entre este estudo e os realizados para a cidade de Lisboa, uma vez que a metodologia e os grupos-alvos de referência não são os mesmos, podemos entendê-lo como o "levantar do véu" sobre esta questão. Neste sentido, e perspectivando uma tendência das características do fenómeno, apresenta-se alguns dos resultados que parecem ser mais significativos.

Durante o período em que decorreu o trabalho de campo – cerca de mês e meio – foram identificados 87 sem-abrigo, dos quais 77 homens e 10 mulheres. É na cidade do Porto que se concentra a maior percentagem de indivíduos sem abrigo (91%), quer do sexo masculino (91%), quer do sexo feminino (90%). Em Vila Nova de Gaia e Valongo não foi

registado nenhum caso. Dentro da cidade do Porto, a distribuição desta população pelas freguesias não é de todo homogénea. A Freguesia da Sé (40,5%), de St Ildefonso (17,7%) e Miragaia (15,2%) surgem como sendo as mais atractivas à permanência dos sem-abrigo.

A estrutura etária evidencia tratar-se de uma população adulta relativamente jovem: mais de 1/3 da população tem menos de 40 anos, enquanto que a restante população inquirida divide-se entre o escalão etário dos 40 e 49 anos (29%) e 34% tem mais de 50 anos de idade

Estas formas de marginalização fazem parte de um processo lento que vai colocando os indivíduos à margem da vida familiar, social e económica, não admirando, portanto, que na sua maioria esta população seja solteira (37%) e, por outro lado, apresente um período de tempo elevado de permanência na rua, 31% encontra-se há dois ou mais anos nessa situação.

O desemprego parece ser uma constante entre os sem-abrigo, bem como uma desadequação comportamental: cerca de metade apresenta um comportamento marginal caracterizado pelo alcoolismo e/ou toxicod dependência. Em muitos casos, estes comportamentos contribuíram para a ruptura familiar e, em grande medida, para a condição de sem-abrigo.

BIBLIOGRAFIA

Anuário Estatístico, Região Norte, 1996.

BACELAR, Sérgio, – “Estagnação, Litoralização e Envelhecimento na Região (1981-91) Uma Dinâmica com Contrastes”, in: **Estatísticas e Estudos Regionais**, nº 1, Jan/Abril, INE, Direcção Regional do Norte, 1993

BAPTISTA, Isabel; **PERISTA**, Heloísa; **REIS**, Ana Luzia, – **A Pobreza no Porto: Representações Sociais e Práticas Institucionais**, Cadernos REAPN, Porto, 1995

CARDOSO, Abílio – **De ponte a ponte: o processo de urbanização da Área Metropolitana do Porto desde os anos cinquenta**, Perspectivas, nº 4, Porto, CCRN 1990

CARDOSO, Ana, – **A outra face da cidade – pobreza em bairros degradados de Lisboa**, Lisboa, Câmara Municipal 1993

AZEVEDO, José Maria (coord.) – **Disparidades Regionais em Educação e Formação: a Região do Norte**, CCRN, Porto 1996

CCRN – **Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social 2000-2006**, Versão Provisória, Porto, CCRN 1998

CESO – Estudo das Condições Sócio-Urbanísticas de Lisboa, Lisboa (policopiado) 1993

CET – Diagnóstico da Implementação do Programa PER nos municípios das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, (1997) CET / ISCTE, 1997

CMP – Projecto para os Arrumadores na Cidade do Porto, (1996) CMP

Comissão Nacional de Luta contra a SIDA – A situação em Portugal a 31 de Dezembro de 1997, Ministério da Saúde, (1998) Lisboa

DEP – Caracterização sócio-demográfica das famílias PER, DEP, INH, (1997), Lisboa

Departamento de Estatísticas do Trabalho – Emprego e Formação Profissional, Quadros de pessoal, dados relativos a 1991 e 1996 para a Área Metropolitana do Porto

ESTEVES, António Joaquim, – “A Área Metropolitana do Porto: Aspectos do Estado Recente da Escolarização da sua População”, in **Estatísticas e Estudos Regionais**, nº 10, Jan/Abril, INE, Direcção Regional do Norte, 1996

ESTEVES, António Joaquim; **MADUREIRA PINTO**, José, – “O Envelhecimento na Área Metropolitana do Porto”, in *Estatísticas e Estudos Regionais*, nº 14, Maio/Agosto, INE, Direcção Regional do Norte, 1997

FERREIRA, António Fonseca – Por uma política de habitação, Porto, Edições Afrontamento 1987

FERREIRA, António Fonseca – “A problemática habitacional na Área Metropolitana de Lisboa” I Seminário Internacional: Área Metropolitana de Lisboa, Que Futuro? Fundação Calouste Gulbenkian 1987

FERREIRA, António Fonseca – “Políticas de habitação em Portugal” *Povos e Culturas*, Ano I, nº 2, 1987

FIGUEIREDO, António Manuel (coord.) – Estudo sócio-económico da Área Metropolitana do Porto, volume 1, Porto, Planum, Assessorias e Projetos, Lda, Centro de Estudos Aplicados da Universidade Católica Portuguesa, INESC, Quatenaire Portugal 1993

FREITAS, Francisco, (coord.) – Maus tratos Infantis num centro urbano degradado, Centro Social e Paroquial N^a Sr^a da Vitória, Porto, 1998

GPCCD - Gabinete de Planeamento e de Coordenação do Combate à Droga, **Sumários de Informação Estatística - Droga - 1996**, Ministério da Justiça 1997

INE, Recenseamento Geral da População, 1991

INE, Recenseamento Geral da População, 1981

INE, Recenseamento Geral da População, 1970

Inquérito ao Emprego - INE - Direcção Regional Norte - 1997

MARTINS, Isabel – “Tendências demográficas na Área Metropolitana do Porto” in **Estatísticas e Estudos Regionais**, nº 10, Jan/Abril 1996

MATEUS, Augustos (coord) – **Estudo das Condições Sócio-Urbanísticas de Lisboa - Relatório Final**, CESO, Trabalho não publicado 1993

Ministério da Justiça – **Estatísticas da Justiça - Justiça de Menores** 1996

NAZARETH, J. Manuel – “Urbanismo, povoamento e prospectiva em Portugal” **Povos e Culturas**, nº 3

Observatório VIDA, Síntese do Relatório Nacional do Fenómeno da Droga, 1996

PIMENTA, Manuel – **Contrato de Cidade - Relatório de Avaliação Geral**, CMP - Acção Social, Porto 1998

Presidência do Conselho de Ministros – Contrato de Cidade - Protocolo de Cooperação entre o Governo e a Câmara Municipal do Porto, Porto, 1996

SALEIRO, Emília; **TORRES**, Sónia – “Alguns números para a avaliação de emprego e desemprego na Área Metropolitana do Porto”, in: **Estatísticas e Estudos Regionais**, nº 10, Jan/Abr, INE, Direcção Regional do Norte, 1996

Santa Casa da Misericórdia do Porto – Estudo sobre a realidade dos sem-abrigo na cidade do Porto, SCMP, Porto 1995

SILVA, Manuela et al, – **A Pobreza Urbana em Portugal**, Lisboa, Caritas 1989

SPTT – Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicodependência (1998), **Toxicodependentes na Área Metropolitana do Porto**, SPTT - Direcção Regional do Norte

TEIXEIRA, Manuel A. Correia – “Do entendimento da cidade à intervenção urbana. O caso das “ilhas” da cidade do Porto” **Sociedade e Território**, Ano I, n.º 2 1985